

A Classe Operária



Órgão Central do Partido Comunista do Brasil



Professores fazem Congresso no Rio

Trabalhadores do ensino público de todo o Brasil participaram do 24º Congresso da CNTE no Rio de Janeiro, elegeram sua nova direção e aprovaram uma plataforma combativa de lutas em defesa da educação. PÁGINA 9



Eleição em Maceió derrota Collor

Apesar das fraudes, de aliciamento de soldados e oficiais para receber Collor, o eleitorado alagoano derrotou, nas urnas, o protegido collorido e garantiu a vitória de Ronaldo Lessa, candidato das forças progressistas à prefeitura de Maceió.

PÁGINA 4

Nexhmije Hoxha denuncia perseguição

A viúva do dirigente albanês Enver Hoxha está sendo julgada depois de um processo que se arrasta desde dezembro de 1991 quando foi presa por falsas acusações de desvio de verbas. A ex-dirigente albanesa, de 73 anos, apresentou sua própria defesa no julgamento. Em carta ao dirigente do Partido Comunista do Canadá, Hardial Bains, ela fala das perseguições sofridas.

PÁGINA 6

Em defesa do parlamentarismo democrático

O dirigente do PCdoB, Renato Rabelo, rebate as opiniões de editorial da Folha de S.Paulo, que defende um parlamentarismo de conteúdo reacionário, com a implantação do voto distrital misto, a restrição partidária e a eleição indireta.

PÁGINA 3

EUA agridem povo do Iraque



Mais uma vez os Estados Unidos bombardeiam covardemente o Iraque, aumentando a tensão na região do golfo Pérsico. Trata-se de mais uma investida do imperialismo contra um país que tenta manter sua unidade territorial, sua soberania política, numa região de interesse estratégico. Se por um lado os EUA e seus aliados pretendem tornar-se xerifes da terra, por outro, existem povos e nações dispostos a levar adiante sua luta por independência. Essa a questão que a grande mídia tenta ocultar sob o manto de disputas religiosas e de etnias.

PÁGINA 7

Partidos dão apoio ao governo

O presidente Itamar Franco recebe os presidentes de todos os partidos para um debate sobre os rumos do país. O tom geral foi de apoio ao governo e em defesa dos interesses nacionais.

PÁGINA 5.



Reunião com partidos marca o estilo democrático de Itamar

Itamar enfrenta monopólios

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

PÁGINA 12

CARTAS

Imagens de Natal

Iniciamos um novo ano. É oportuno o momento de reflexão mundial entre os homens.

Há crianças dormindo nas ruas,
Há um povo que caminha sem rumo
Há riquezas que contam história
de um Brasil novo sem rumo
Há milhões sem pão e terra
num Brasil que não tem pressa

Há verdes e tantas terras
mais vale as drogas como oferta
Há bandidos que tomam conta das ruas
É tão dura a lei daqueles
que só o povo enterra;
Há escravos em toda parte
Do Nordeste, do Sul,
Do Leste e Centro Oeste.
Tem mansões que se estendem
e há prédios que não param
Há favelas logo ao lado,
moram o povo desgraçado
que trabalham noite e dia,
e dormem sem comer nada
Há uma classe dominante
que mata mil na Somália;
"Liberdade, liberdade, para
o povo que trabalha.
Que a justiça seja feita aos
operários da pátria amada"

Maria Socorro de Matos
Campo Grande - MS



Fortuna

Na luta por nova sociedade

O Prefeito eleito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, enviou mensagem ao Presidente Nacional do PCdoB, João Amazonas, afirmando:

"Recebi com alegria sua mensagem solidária. Mais uma vez nós - do PT e PCdoB - desfraldamos juntos nossas bandeiras, na luta por uma nova sociedade.

Esperamos poder avançar neste sentido aqui em Belo Horizonte, realizando uma Administração realmente democrática e popular.

Um abraço fraterno."

Patrus Ananias de Souza
Prefeito de Belo Horizonte - MG

Considerações
sobre a anti-rotina

Existe alguma coisa diferente aí fora
Mas é tão difícil de se enxergar.
Existe um astro sempre novo explodindo
Ao redor.

Mas é complicado senti-lo real.
Existe uma vida múltipla de caminhos
Mas seus passos forçados trilham
Sempre a mesma poeira.

Mas, o que se vai fazer
As coisas são assim, ouve-se...
Ouve-se o eco repetindo sempre,
Mas a beleza de percorrer o vale
Fica sempre para amanhã.

Ouve-se um pássaro
Tal qual uma programação de FM.
Ouve-se o coração
Através de um único disco.

Ouve-se o amor
Mas teme-se o seu sorriso aberto.
Existe algo sim, nessas estrelas
nesses rios
nessas ruas
nesses planetas

Que giram ao redor de nossos olhos.
Abrir a janela
E tentar começar a não ver, sempre,
O mesmo quadro ... será possível?
Será tangível?
Será correto?

Quebrar a pedra que pesa no cérebro
Acender a luz dessa casa
Trocar de roupa
Aprender a variar os gestos
Pois existe alguma coisa diferente
Aí fora.

Valério Rocha
Santa Maria - RS

No caminho
de B. Brecht

A poesia tem um grande papel na
luta revolucionária do nosso partido,
para construção do socialismo. Por isso
acho de muita importância o espaço
aberto para poemas revolucionários
no jornal *Classe Operária*.

Queria deixar esta minha contribuição
que foi adaptada do poeta marxista
alemão Bertold Brecht, na qual ele
questiona a demagogia dos governos
fascistas.

Gostaria que ela fosse dedicada a
um importante camarada, Lúcio Dias
Nogueira, o qual eu conheço e sei de
seu papel destacado na luta armada
contra a ditadura militar:

Gorbachov lhes dirá: As reformas
trarão grande progresso
Mas o seu progresso apenas conseguirá
agravar a situação
E irá aumentar a discórdia e a miséria
em toda a União Soviética
E Yeltsin lhes dirá: O mercado será
a nossa salvação
Todos teremos o que comprar
Não haverá fila e recessão
Mas haverá desempregados às centenas
e milhares

Como nunca se viu em país nenhum
Quando eu souber que uma nova
Revolução proletária triunfar,
Da corja revisionista sobrarão
apenas túmulos,
De sua prepotência de Czar.

Waine Silva
Formiga - MG

A Classe
Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas

Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Dilermando Toni,
Jefferson Barros

Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio
Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos
H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Gulomar
Prates, José Reinaldo Carvalho, Juarez
Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia
Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro
Oliveira, Umberto Martins

Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe
Diagramação: José Luis Munuera Reyes
Composição e Arte Final

Compuart - Fone: (011) 278-1634

Fotolito: Enfocke

Impressão: Gazeta da Lapa
Administração: Vera Lúcia Lopes
da Silva

Arquivo: Leandro Schillpake
Secretaria: Sílvia Regina Lopes

Publicação da Empresa Jornalística
A Classe Operária - Rua Adoniran
Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do
Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS -
Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro -
(082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS -
Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro -
(092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá -
Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do
Trem (096) 223-4046 - BAHIA - Salvador -
R. Junqueira Ayres, 41 - Barris - (071)
321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza -
R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085)
221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília -
HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061)
225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO -
Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro -
(027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av.
Anhangüera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar -
Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO -
São Luiz - R. Viana Vaz, 110 -
Centro - MINAS GERAIS - Belo Horizonte -
R. Padre Belchior, 285 - Centro -
(031) 273-1519 - MATO GROSSO DO
SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio,
3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 -
(067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá -
R. Comandante Costa, 548 - Centro -
(065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3
de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 -
PARÁIBA - João Pessoa - R. Pedro II,
932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO -
Recife - R. Afonso Pena, 233 -
Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina -
R. Desembargador Freitas, 1.216 -
Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ -
Curitiba - R. Voluntários da Pátria, 92 -
Conj. 212 - 3º andar - Centro - (041)
223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro -
R. 13 de Maio, 33 - 16º andar -
Conj. 1601 - Centro - (021)
240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO
NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz
Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 -
RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro
Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 -
RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão
Júlio Bezerra, 953 - São Francisco -
(095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL -
Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta -
(051) 228-5152 - SANTA CATARINA -
Florianópolis - Avenida Mauro Ramos,
475 - Centro - (0482) 24-1927 -
SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 -
Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO -
São Paulo - R. Condessa de São Joaquim,
1.001 - (011) 278-3942 -
CANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b

Campanha prossegue

Chegaram à redação de *A Classe Operária* mais de 600 novas assinaturas na fase inicial da campanha Rogério Lustosa. Alguns estados anunciam que intensificarão as atividades até o final de janeiro. O organismo de base dos motoristas de São Paulo, por exemplo, promete uma surpresa. Aliás, São Paulo tem sido o campeão de assinaturas até o momento. Só o companheiro Zeca, da comissão de organização do Diretório Regional, fez mais de 40 assinaturas. O Rio Grande do Sul segue São Paulo nas metas, já tendo feito 100 assinaturas, com um cronograma detalhado para fazer muito mais. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás vão entrando em ofensiva, seguidos do Ceará, Santa Catarina, Acre e Paraíba. Os outros estados ainda estão tímidos e precisam investir mais em divulgar a campanha e ampliar a rede de assinantes do jornal. Até o final de janeiro faremos um balanço mais detalhado, para preparar uma outra fase da campanha visando fortalecer a imprensa partidária. Algumas iniciativas extrapolam as assinaturas. A dirigente Elza Monerat, por exemplo, deu um relógio para finanças do jornal, enquanto os companheiros Olívia Rangel e Bernardo Joffily doaram um computador para a redação de "*A Classe Operária*".

Novo ano, novas iniciativas para fortalecer o nosso jornal!

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Telefone _____

Profissão _____

Data ____/____/____

Assinatura anual: Cr\$ 300.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 150.000,00

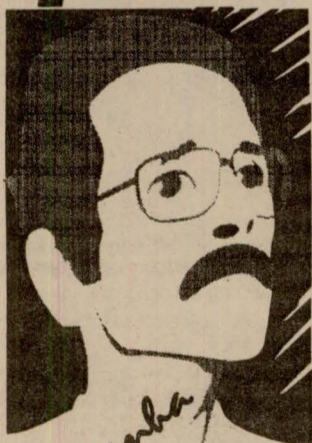
Assinatura trimestral: Cr\$ 70.000,00

Assinatura anual de apoio: Cr\$ 600.000,00

Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 300.000,00

Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 150.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinaturas de *A Classe Operária*. Coloque junto um cheque (pode ser pré-datado para 21 de dezembro) em nome da Empresa Jornalística *A Classe Operária* Ltda. Nosso endereço é: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo - SP. Fone: (011) 34-4140. Fax: (011) 36-0412.

A Classe
Operária

Campanha
Rogério
Lustosa

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Opinião

Política e Salários

SÉRGIO BARROSO

Membro da Executiva Nacional da CUT

O banqueiro-barfeton Mário Simonsen saiu da toca. Foi logo afinando a goela no coro dos neoliberais contrariados. Membro do "board" do City Bank, Simonsen, em artigo para "Exame" (6/1/93) disse achar incrível que Itamar Franco "possa virar de cabeça para baixo todo o programa de modernização do governo Collor". Ocorre que o artigo tinha outro objetivo: defender a Monarquia Parlamentar, pois segundo afirma "o rei é a alternativa entre o presidente emasculado e o ditador potencial", juntinho com "voto distrital misto", pra variar!

Outro ex-ministro da ditadura, Delfim Neto - um mestre na manipulação de índices salariais - não se faz de rogado. Pioneiro no combate à "farra partidária", acaba de dar a receita para a crise econômica: primeiro queimar pelo menos 2 bilhões de dólares das reservas cambiais; segundo, lançar títulos pós-fixados da dívida interna, assegurando-lhes valores acima da inflação aos credores. ("FSP" e "O Globo" - 13/01/93).

São dois exemplos de exigência de continuidade do programa neoliberal.

É também sob o ângulo político que se deve opinar frente à nova política salarial, peça-chave onde seja vigente o neoliberalismo. Nele, o arrocho salarial violento faz parte da lógica excludente e concentradora de capital e ligada à busca de um novo patamar de acumulação do capitalismo monopolista.

No governo Collor, segundo ampla pesquisa na Grande São Paulo do DIEESE-SEADE, 25% do total de trabalhadores com rendimentos mais baixos tiveram seus salários valendo 55,2% (agosto de 92) do que representavam em agosto de 85; mesmo os 25% com rendimentos mais altos reduziram em 47,1% do poder de compra de seus salários, no mesmo período. Um verdadeiro massacre.

A política salarial do governo Itamar, aprovada pelo Congresso (Lei 8.542), amplia de 3 para 6 salários mínimos a faixa dos que terão antecipação bimestral,

correspondentes a 60% da inflação, ficando os 40% restantes para o bimestre seguinte. Incide agora sobre aposentados e pensionistas. O salário mínimo passa a 100 dólares e sofre reajuste bimestral

pelo mesmo processo das antecipações (chegou a valer 30 dólares pelo reajuste quadrimestral) sendo posição do governo dobrar o seu valor, diz o ministro Barelli.

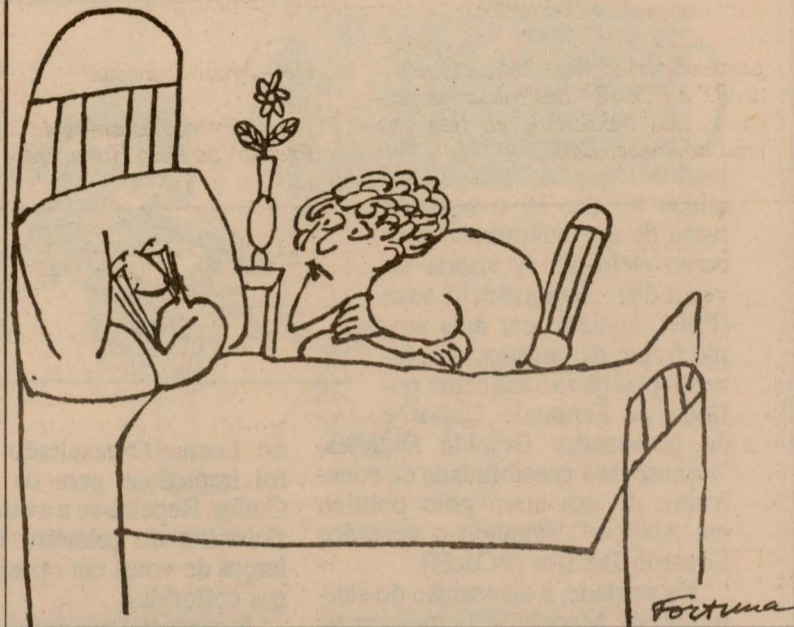
Ainda, a nova política salarial melhora a base dos reajustes pelas datas-base, na medida em que atinge mais três faixas (6 mínimos). Agora em janeiro, por exemplo, haverá reajuste de 135,78% para as datas-base janeiro/maio/setembro. Isto significa que, quem ganha até 7.504.200,00 (6 mínimos) terá reajuste salarial de 135,78%, e não 67,88% como na Lei anterior (data-base setembro).

Exagerar no elogio à Lei 8.542 não é o caso. Não só porque ela não contempla os servidores públicos, ou porque algumas (raras) categorias já conquistaram o reajuste mensal de salários. A questão é que, mesmo sendo provisória, como diz o governo, ela significa um outro rumo.

Cínicos, Simonsen e Delfim apoiaram Collor. Jamais disseram uma palavra contra a política salarial de Collor. Por isso planejam a outra política.

Mesmo sendo provisória a nova política salarial significa um outro rumo e traz alguns benefícios para os trabalhadores, embora não contemple os servidores públicos

- É, eu ai ter alta, mas quem teve foi o preço do remédio



Fortalecer a tendência democrática do governo

Começamos o ano de 1993 já com grandes questões agitando a cena política brasileira. Itamar Franco assume efetivamente a presidência da República e continua seguindo a tendência já vislumbrada no período da interinidade. Logo de início, numa atitude inédita, chama sem discriminação, uma reunião com todos os presidentes de partidos políticos para uma conversa franca sobre os rumos do país. Imprime assim um estilo democrático de governar, ouvindo a sociedade civil. Foi com essa mesma predisposição que recebeu as entidades do movimento pela Ética na Política que fizeram um apelo para o combate à miséria no país.

Ao mesmo tempo em que dá sinais de interesse em aprofundar a democracia, Itamar também avança na defesa dos interesses nacionais que se expressam na reavaliação do plano de privatizações, na investida contra os desmandos dos monopólios da indústria dos remédios e continua acenando com medidas de cunho social, expressas na reunião com os partidos, quando anunciou a criação de empregos e construção de casas populares. Todas essas medidas significam uma ruptura com o projeto neoliberal do governo anterior e por isso mesmo atrai a ira das elites conservadoras e do imperialismo. Mais do que nunca está em jogo a governabilidade de Itamar. Nesse sentido ganha importância a postura de apoio dos partidos.

É em meio a essa tentativa do governo de se firmar como gestão de feição democrática, nacionalista e de defensor do

povo trabalhador que ganha importância a ampliação de sua base parlamentar e a eleição da presidência da mesa da Câmara.

Nesse momento, a vitória de Odacir Klein, candidato dos partidos de centro-esquerda, jogará positivamente no sentido de reforçar a tendência mais progressista do governo, dando-lhe mais fôlego para enfrentar as pressões conservadoras e dos representantes dos interesses estrangeiros. Até mesmo porque, o presidente da Câmara será também o substituto constitucional do presidente da República. Não é à toa que a direita está se articulando na busca dos meios para eleger seu candidato. É uma fatia importante do poder que está em jogo e por isso mesmo desperta o interesse dos políticos, até mesmo daqueles que têm os olhos voltados para 94.

Em meio a tudo isso começa a esquentar a discussão em torno do plebiscito de 21 de abril, que definirá o sistema de governo. Afora o PCdoB e o PSDB que já se posicionaram a favor do parlamentarismo, a maioria dos partidos ainda está dividida quanto a uma posição mais definida. A polêmica, já nas páginas dos jornais, precisa chegar rapidamente às massas populares que se não devidamente esclarecidas poderão cair nas malhas do presidencialismo retrógrado. Trata-se, portanto, de intensificar a campanha de esclarecimento da proposta que mais corresponda ao avanço democrático, que entretanto entender é o parlamentarismo democrático.

Parlamentarismo Democrático

RENATO RABELO

Membro do CC do PCdoB

A esta altura vai ficando claro que a luta pelo parlamentarismo vai se constituindo em duas tendências básicas: parlamentarismo para ampliar ou para restringir a democracia. Parlamentarismo democrático ou parlamentarismo reacionário. O editorial da 1ª página da "Folha de São Paulo", de 10 de janeiro, expressa de forma clara e concentrada a segunda tendência. Afirma esse jornal que a "modernização" na política passa por certas reformas "inadiáveis" e "associadas" ao parlamentarismo, tais como: "voto distrital misto; redução do número de partidos; instituição da fidelidade partidária; fim do voto obrigatório".

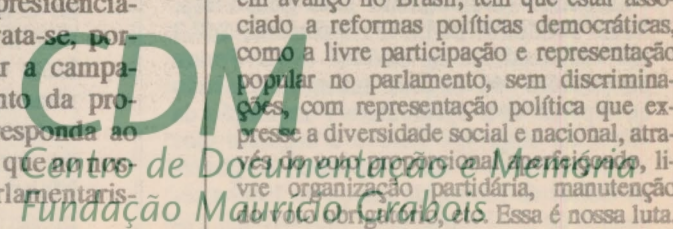
Conceituados trabalhos de pesquisa da história política brasileira demonstram que as classes dominantes quando necessitavam limitar ou impedir maior participação política popular utilizaram ou cogitaram do sistema de voto distrital. Em outros países tem sido um dos meios empregados para reduzir ou barrar o acesso ao parlamento dos setores realmente populares. Tal sistema se combina ainda com a fórmula da "cláusula de barreira", já aprovada na Câmara Federal, que impõe uma representação parlamentar em que predomina absolutamente os setores dominantes da sociedade, reduzindo ao máximo o número de partidos. Além disso, para completar e aperfeiçoar a operação anti-democrática, a "Folha" acrescenta a necessidade da fidelidade partidária por meio da força da lei. Tal exigência leva ao aprofundamento do formalismo da representação partidária, mantendo a qualquer custo o "partido grande", na tentativa de fornecer maior estabilidade aos círculos dominantes. Por outro lado, exatamente onde a lei joga papel democrático importante, institucionalizando na forma mais ampla o pronunciamento político de todo o povo, por meio do voto obrigatório, a "Folha" defende a revogação dessa lei. Torna-se evidente que esse conjunto de medidas anti-democráticas

As classes possuidoras mais poderosas sempre procuram estabelecer barreiras na sua proteção contra a crescente pressão democrática

cas tem a finalidade de construir mais um muro para que as classes dominantes se defendam da crescente pressão democrática do povo. As classes possuidoras mais poderosas sempre procuram estabelecer fortes barreiras na sua proteção contra as massas populares.

Ao contrário das classes dominantes, o nosso papel é buscar a mais ampla liberdade política para os trabalhadores e as massas populares. Por isso, o parlamentarismo não pode se tornar em biombo para o retrocesso democrático. Determinados setores dominantes defendem a continuação do presidencialismo porque assim acham que melhor defendem seus interesses. Outros setores no entanto, utilizando-se da justa argumentação de que o presidencialismo como sistema de governo se esgotam no Brasil, por sua trajetória imperial e autoritária, se aproveitam das melhores qualidades do parlamentarismo para, confundido, fazer passar seus verdadeiros intentos antidemocráticos e anti-populares.

O parlamentarismo, para se constituir em avanço no Brasil, tem que estar associado a reformas políticas democráticas, como a livre participação e representação popular no parlamento, sem discriminações, com representação política que expresse a diversidade social e nacional, através do voto proporcional, livre organização partidária, manutenção do voto obrigatório, etc. Essa é nossa luta.



NACIONAL

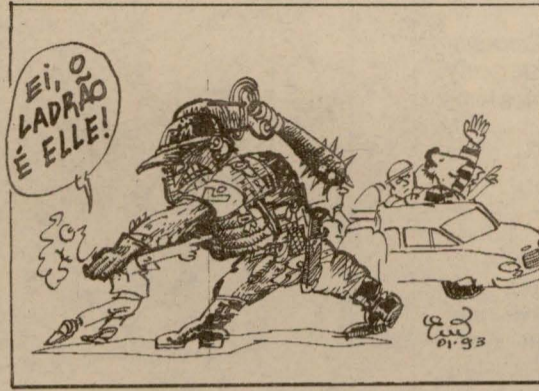
Alagoanos derrotam Collor

PLÍNIO LINS
de Alagoas

Cinquenta e sete dias depois de todo o país ter definido os novos prefeitos dos municípios, a capital de Alagoas, Maceió, realizou no dia 10 o segundo turno de seu conturbado processo eleitoral. A vitória do vereador Ronaldo Lessa (PSB), apoiado por uma ampla frente de partidos que fazem oposição ao esquema político de Fernando Collor e do governador Geraldo Bulhões, "representa a possibilidade de construção de um novo pólo político em Alagoas", segundo o vereador Eduardo Bonfim (PCdoB).

Na verdade, a disposição do eleitorado de Maceió já ficou expressa desde o primeiro turno, quando a população se manifestou de forma claramente oposicionista: somados os votos de Ronaldo Lessa com os do outro candidato de oposição, senador Téo Vilela (PSDB), foi um verdadeiro massacre eleitoral sobre o candidato governista, deputado José Bernardes (PFL). Nem a fraude, tentada de todas as formas pelas forças do governo, evitou que dois terços dos votos tivessem a marca da oposição.

A fraude foi constatada e Téo Vilela entrou com diversos recursos para provar que Bernardes havia conseguido o segundo lugar de forma irregular. Os julgamentos no TRE de Alagoas e os recursos ao TSE provocaram um adiamento do segundo turno, realizado afinal no dia 10, graças à renúncia de Téo Vilela em apoio a Ronal-



do Lessa. O resultado das urnas foi impiedoso para os aliados de Collor. Repetiu-se a avalanche oposicionista do primeiro turno: dois terços de votos em oposição às forças colloridas.

A sensação nas ruas de Maceió, depois do resultado já definido, era de peito lavado. "O Brasil precisava disso", disse Lessa. "Foi uma resposta que os alagoanos estavam devendo ao país, para mostrar que a quadrilha de Collor é repudiada pelos eleitores que ele enganou".

A chegada de Collor a Maceió, já deposto, uma semana antes da eleição, foi armada como uma demonstração de força de seus aliados. O comandante da Polícia Militar, coronel Nilton Rocha, levou às últimas conseqüências o aparelhamento da PM a serviço da candidatura de Bernardes.

Soldados e oficiais foram convocados para a recepção a Collor, vestidos à paisana e levando as famílias, sob pena de punição para os que faltassem ao aeroporto. Houve cenas de brutalidade contra estudantes cara-pintadas que pretendiam

fazer um protesto contra Collor: espancamentos, prisões e proibição de fotógrafos e cinegrafistas registrarem as cenas.

Até uma canhestra imitação dos métodos colloridos foi tentada de última hora. A coligação de Bernardes tentou fazer uma "denúncia" a respeito da vida familiar de Ronaldo Lessa, que é divorciado e tem uma filha. Os governistas procuraram forjar uma "Miriam Cordeiro", como Collor fez contra Lula na campanha pre-

sidencial. Mas, na eleição de Maceió, o efeito foi inverso: a manobra foi desmascarada pela ex-esposa de Lessa, e aumentou a rejeição popular à candidatura de José Bernardes.

O próprio candidato governista confessou depois que sabia os motivos da rejeição: a ligação de seu nome a Collor. "Eu perdi a eleição desde o impeachment", confessou ele. Embora anteriormente não tivesse ligação pessoal clara com Fernando Collor, José Bernardes não conseguiu evitar que sua candidatura, apoiada por Bulhões e Collor, ficasse marcada como "Zé do Collor".

A candidatura de Ronaldo Lessa aglutinou, para o segundo turno, todas as forças partidárias e populares que fazem oposição ao esquema governista e participaram da campanha pela derrubada de Fernando Collor, PCdoB, PMDB, PSDB, PDT e outras legendas uniram-se ao PSB e PT (a coligação de Ronaldo no primeiro turno) e tomaram conta da cidade para a caminhada vitoriosa.

Prioridade no
combate à miséria

Representantes da OAB, ABI, CNBB, UNE, CUT e de mais duas dezenas de entidades integrantes do Movimento pela Ética na Política reuniram-se no último dia 13 com o presidente da República Itamar Franco, ocasião em que expressaram sua preocupação sobre os rumos que vem tomando o debate da questão da pena de morte no Brasil. Como se sabe, a Rede Globo de Televisão e gent do tipo do "carrasco" Amaral Neto, a partir dos assassinatos da atriz Daniel Perez e da menina Mirian Brandão, vêm fazendo uma intensa campanha para que se adote a pena de morte no Brasil.

No encontro o presidente da OAB disse: "Não quero nem ouvir falar nisso (na pena de morte). Nós devíamos discutir as formas de retirar 50 milhões de brasileiros da miséria absoluta". Já o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho afirmou que a discussão sobre a pena de morte desvia a atenção que deveria ser dedicada aos problemas realmente importantes do país. Os representantes das entidades decidiram ainda lançar em todos os estados Comitês pela Cidadania, contra a Miséria e pela Vida.

SOS democracia

O movimento SOS Democracia do Rio Grande do Sul encaminhou a todas as lideranças partidárias do Congresso Nacional um manifesto assinado por 25 deputados estaduais, 14 vereadores de Porto Alegre, líderes de partidos, lideranças sindicais e de entidades populares manifestando sua preocupação com "a inspiração restritiva dos projetos de Lei Orgânica dos Partidos que tramitam no Senado, por meio do substitutivo do Deputado Federal João Almeida". Diz o manifesto:

"A Democracia, mais precisamente a liberdade partidária consagrada na Constituição, está seriamente ameaçada pela lei Orgânica dos Partidos em tramitação no Congresso Nacional.

Pretextando modernizar as instituições e viabilizar o projeto democrático do Brasil, tenta-se aprovar, sem maior discussão com a sociedade, uma Reforma Partidária que impõe piso determinado de votos, com o inequívoco propósito de restringir a existência desta natureza, cerca de 3 dezenas deles desaparecerão sumariamente, sem que com isso desapareçam os riscos presentes de instabilidade política e institucional.

Confunde-se não por acaso, as "legendas de aluguel", sem dúvida condenáveis por sua prática indigna, com Partidos que independentemente de seu tamanho e resultados eleitorais, defendem projetos próprios, têm fisionomia programática e representam correntes do pensamento da opinião pública brasileira.

O Brasil precisa de mais democracia e mais participação popular e não de sua restrição autoritária. Daí porque condenamos toda e qualquer tentativa de golpear a democracia que tanto nos custou para conquistas. Sem ela, sequer é possível pensar em soluções para os graves problemas econômicos e sociais, de dimensões crescentes, que afligem a todos nós.

Desemprego em alta

Segundo levantamento feito pela Fiesp, foram demitidos na indústria paulista, 160,3 mil trabalhadores no ano de 1992. Foram pesquisados 46 setores industriais, sendo que apenas dois apresentaram ampliação da oferta de emprego. Esse é o segundo pior resultado desde 1982. No período do governo Collor de Mello, de março de 1990 a setembro de 1992 foram demitidos 470 mil trabalhadores na indústria paulista.

Maluf começa a atacar

No dia 13 de janeiro os 6.500.000 usuários de ônibus da capital de São Paulo passaram a pagar Cr\$ 4.000,00, pela passagem; um aumento de 38%, o maior desde janeiro de 1991. O passe-fácil que beneficiava cerca de 600.000 usuários carentes deixa de existir. No dia 28 começa a ser pago o IPTU que será cobrado em alíquota única de 0,6% sobre o valor venal do imóvel, acabando com a progressividade (os mais abastados pagariam mais) proposta pela administração anterior, o que possibilitará a Maluf arrecadar 250 milhões de dólares por ano, o dobro do que vinha arrecadando a administração de Lúza Erundina.

As primeiras medidas do novo prefeito de São Paulo penalizam fortemente os trabalhadores, no caso dos transportes, e a classe média, no caso do IPTU. Partem da idéia de que se tem que arrecadar recursos de qualquer maneira para transformar a cidade num canteiro-de-obras e viabilizar o acerto de Maluf com os grandes grupos empresariais, em particular com os empreiteiros da construção civil. Paulo Maluf tem se mostrado

suficientemente esperto para perceber que a forma com a qual vinha se apresentando não estava dando certo, ocasionando-lhe sucessivas derrotas eleitorais. Para que pudesse ganhar a prefeitura de São Paulo e tentar chegar à presidência da República, o seu sonho mais alto, apresenta-se com nova cara. Nesse jogo-de-cena entra com peso a cooptação de setores que tiveram passagem pela esquerda ou pelos movimentos populares. O intelectual Rodolfo Konder, por exemplo, prestou-se a esse papel, aceitando o cargo de Secretário da Cultura Municipal.

No episódio da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, Maluf conseguiu eleger para presidente o vereador Antônio Sampaio - acusado de corrupção quando o senador Eduardo Suplicy era presidente da casa - com 48 votos dos 53 vereadores, numa manobra em que setores do PMDB e do PDS foram cooptados em troca da indicação de administradores regionais e para que continue a reinar a paz entre malufistas e peemedebistas na Assembléia Legislativa do Estado.

Na opinião do vereador Vital Nolasco, líder da bancada do PCdoB na Câmara Municipal, Maluf continua com os mesmos propósitos de atacar as conquistas sociais e democráticas dos paulistanos. O PCdoB não votou na chapa do "acórdão" para a Mesa da Câmara e nem na proposta de IPTU.

Segundo Ana Martins, também vereadora pelo PCdoB, o governo de Paulo Maluf será profundamente negativo para os pobres da cidade.

Basta ver as declarações do secretário João Melão de que os favorecidos são marginais e devem ser tratados como tal. Daí a necessidade de uma oposição sistemática à nova administração municipal, com a participação da esquerda e de partidos como o PMDB e o PSDB.

Essa articulação que o Partido Comunista do Brasil propõe - inclusive com a formação de um bloco de oposição na Câmara Municipal - é justificada também pelo peso que a cidade de São Paulo tem no cenário político nacional. Muitas pretensões de Maluf, que se transformou num pólo de aglutinação da direita brasileira, em dar votos mais altos. (D.T.)

NACIONAL

Partidos apóiam governo

MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

A reunião do presidente Itamar Franco com os presidentes Nacionais dos 19 partidos políticos representados no Congresso Nacional, realizado no último dia 8 de janeiro, teve uma exemplar importância simbólica. Como a pretensão do encontro não era de formalizar um acordo político, mas sim o de abrir um debate democrático sobre os rumos do desenvolvimento do país, o saldo foi extremamente positivo. Representou um importante avanço democrático e demonstrou uma nova disposição do presidente da República em se aproximar da sociedade civil e dos partidos políticos. Afinal, pela primeira vez na história republicana, um presidente reúne-se com dirigentes de todas as agremiações partidárias existentes no país.

Na abertura do encontro, o presidente Itamar Franco, num rápido pronunciamento, sintetizou as três linhas mestras que pretende impor ao seu governo: fazer com que o Brasil tenha a sua própria cara, recuperando a identidade nacional perdida durante o governo Collor; estabelecer uma nova ordem econômica e social, de recuperação da atividade econômica e combate à miséria, e, sepultar, definitivamente, o ciclo dos presidentes imperiais, democratizando a chefia do Executivo, através do estabelecimento de canais permanentes de diálogo com a sociedade, os partidos e o Congresso Nacional.

Em seguida, o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, sintetizou para os presidentes dos partidos, as prioridades econômicas do governo Itamar Franco: a geração de 4 milhões de empregos até 1994, o aumento das exportações e o ajuste fiscal.

Se de um lado, as diretrizes gerais do governo, expostas por Itamar, são positivas, na medida em



Itamar recebe representantes de 19 partidos políticos

que revelam uma grande preocupação democrática e nacional, através da elaboração de um projeto nacional para o país, da recuperação de nossa identidade própria e da democratização da gestão do Estado, de outro, os planos de curto prazo, apresentados pelo ministro Haddad, contém medidas paliativas ainda tímidas.

Segundo a avaliação do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, as propostas concretas de ação, definidas pelo Ministro do Planejamento, são soluções conjunturais que não enfrentam a resolução dos problemas estruturais da sociedade brasileira. Na opinião de Amazonas, essas propostas privilegiam os investimentos em serviços e não em atividades produtivas, ao mesmo tempo em que o projeto de aumento das exportações traz embutida a idéia de elevação das divisas para o pagamento do serviço da dívida externa.

Dos pronunciamentos dos presidentes de partido destacaram-se os de Neiva Moreira, do PDT, Miguel Arraes, do PSB, e João Amazonas, do PCdoB, pelo seu conteúdo progressista e pela grande preocupação com a defesa da soberania nacional. O presidente do PMDB,

Orestes Quércia, destacou, em sua intervenção, a necessidade de priorizar-se a agricultura, defendeu a aprovação pelo Senado do projeto de privatização dos portos e do ajuste fiscal. Já o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma intervenção débil, não se comprometendo com o apoio ao governo Itamar, ao mesmo tempo, declarando-se disposto a "não criar problemas".

Em linhas gerais, todos os partidos presentes à reunião manifestaram sua disposição, pelo menos inicial, de respaldar a ação do novo governo no Congresso Nacional. Na verdade, a viabilidade prática dessa sustentação passa a ser testada, a partir desta semana, com a convocação extraordinária do Congresso, que irá apreciar polêmicos e importantes projetos, como o do ajuste fiscal; a regulamentação do plebiscito, a legislação eleitoral e partidária, o projeto de privatização dos portos, entre outros.

Da negociação política e da habilidade dos líderes do governo para costurar as divergências dos diferentes partidos em torno de cada um desses temas, dependerá a amplitude da base parlamentar de sustentação do governo Itamar Franco.

Disputa pela presidência da Câmara

Na última quarta-feira, dia 13 de janeiro de 1993, foi lançada no Auditório Nereu Ramos, a candidatura do deputado Odacir Klein, do PMDB, à presidência da Câmara dos Deputados, numa solenidade que contou com a presença de governadores, prefeitos, lideranças da sociedade civil e parlamentares dos partidos do Bloco Democrático - PMDB, PSDB, PT, PSB, PCdoB, PPS e PV.

A eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados reveste, este ano, de grande importância. Isso porque, o novo presidente da Câmara será, também, o vice-presidente da República. Além disso, a sessão legislativa que se inicia terá pela frente a discussão de grandes temas nacionais, com a revisão constitucional.

Dois candidatos disputam a elei-

ção. De um lado, Inocêncio de Oliveira, do PFL, representando o bloco conservador, numa reedição do famigerado Centrão. Do outro, Odacir Klein, do PMDB, representando o Bloco Democrático, integrado pelos partidos de centro-esquerda e apoiado pelas entidades da sociedade civil, no mesmo leque de forças que foi às ruas exigir o impeachment de Fernando Collor.

Na verdade, essa disputa não está restrita apenas aos corredores da Câmara dos Deputados. Ao contrário, ela interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que estabelece um divisor de águas entre as forças conservadoras e reacionárias e as forças democráticas e progressistas que atuam no país.

Inocêncio de Oliveira, representa a prática do fisiologismo, do conservadorismo e do caciquismo polí-

tico. Já Odacir Klein, apoiado por todos os partidos de centro-esquerda, representa as forças progressistas, democráticas e populares que lutaram contra a ditadura, defenderam a Anistia e a Constituinte e, mais recentemente, se mobilizaram pelo impeachment de Fernando Collor.

O resultado dessa disputa será fundamental, também, para definir os rumos do governo Itamar Franco. Uma vitória de Inocêncio de Oliveira pode significar um realinhamento do governo com as forças conservadoras que sustentam sua candidatura. Já a vitória de Odacir Klein reforça o conteúdo de centro-esquerda do governo e poderá influir positivamente para o avanço do governo no sentido de propostas de conteúdo nacional, popular e democrático. (M.O.F.)

Brasil está livre de Collor

No dia 29 de dezembro de 1992 ficará definitivamente marcado na história do Brasil como o dia da grande vitória do povo. Às 9h30 da manhã, depois de mais uma manobra frustrada para adiar o julgamento do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, seu advogado, José de Moura Rocha, sacou do bolso do colete a carta de renúncia do presidente corrupto.

Com essa manobra de última hora, Fernando Collor esperava livrar-se da condenação pelo Senado Federal, por crime de responsabilidade, fugindo, assim, da suspensão dos seus direitos políticos por 8 anos, como prevê a Constituição.

A manobra, no entanto, não surtiu efeito. Por 73 votos a 8, o Senado Federal decidiu, soberanamente, prosseguir o julgamento do ex-presidente, por entender que a pena de suspensão dos direitos políticos não se extinguiu com a sua renúncia, uma vez que os crimes foram praticados durante o exercício do mandato presidencial. Horas depois dessa decisão, já na madrugada do dia 30, o Senado concluiu o julgamento, condenando o ex-presidente Collor à suspensão dos direitos políticos por 8 anos, por 75 votos, contra 3 e 3 ausências.

Com essa decisão histórica, encerrava-se a primeira etapa do processo de impeachment.

Graças à ação consciente do Congresso Nacional e à decisiva mobilização popular, o país condenava um presidente corrupto e criminoso.

A segunda etapa prossegue, agora, no Supremo Tribunal Federal, com o processo contra Fernando Collor e sua quadrilha pela prática de crimes comuns, que pode levar o ex-presidente à cadeia.

Logo depois de lida a carta de renúncia de Fernando Collor, a sessão de julgamento foi suspensa, para que o Congresso Nacional tomasse ciência da renúncia. Uma hora depois, o vice-presidente Itamar Franco era empossado na presidência da República, em sessão solene do Congresso Nacional, realizada num clima de normalidade e de grande entusiasmo popular. Das galerias, os cara-pintadas comandavam o ritual solene da sessão, entoando o Hino Nacional Brasileiro.

O Brasil vivava uma página grave e importante da sua história, inaugurando um novo tempo na vida política nacional. (M.O.F.)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

NEXHMIJE HOXHA

Um julgamento arbitrário

Bloqueio criminoso
contra Cuba

A indústria farmacêutica cubana descobriu e patenteou uma das drogas mais eficazes contra o colesterol, mas as práticas monopolistas e protecionistas das empresas transnacionais estão boicotando sua comercialização internacional.*w

A nova droga cubana - Policosanol - é elaborada a partir da matéria-prima básica da cana de açúcar e é um medicamento considerado natural que não provoca efeitos colaterais nocivos. Como se sabe, o colesterol mau (LDL) é um dos principais agentes da arteriosclerose, das lesões coronárias e do infarto do miocárdio. As enfermidades provocadas pelo alto índice de colesterol no organismo humano estão entre as principais causas de mortalidade nos países mais desenvolvidos. Só nos EUA 600.000 pessoas morrem por ano em consequência de lesões cardíacas. O mercado mundial das drogas anti-colesterol faturará agora em 1993 nada menos que US\$1,6 bilhão.

As dificuldades cubanas em comercializar o seu fármaco de ponta se enserem nas dificuldades gerais decorrentes do bloqueio comercial imposto à ilha pelos EUA há mais de 30 anos, agora agravado com a aprovação da lei Torricelli.

Panamá em luta

No dia 20 de dezembro que passou, quando se completaram três anos da intervenção militar norte-americana contra o Panamá, realizou-se em Havana-Cuba um ato de solidariedade com o povo panamenho, com a presença de pessoas de 18 países. Luis Gomes, que era parlamentar à época da intervenção disse na ocasião que nem a brutal intervenção nem a permanência de tropas de ocupação foram capazes de abater o ânimo de luta do povo de seu país. O atual regime entreguista encabeçado por Guilherme Endara tem sido fortemente contestado pelas crescentes manifestações populares. Um exemplo disso foi o resultado do referendun no qual uma grande maioria repudiou as pretensões do governo de retirar da Constituição dispositivos anti-coloniais que ela contém.

Uruguai em festa

No dia 15 de dezembro último o povo do vizinho Uruguai saiu às ruas numa festa de comemoração. É que nada menos que 71,57% dos eleitores daquele país derrotaram em plebiscito o projeto de privatizações proposto pelo governo de Luiz Lacalle. A polêmica principal girou em torno da venda da companhia telefônica Antel que deveria passar às mãos do capital estrangeiro. O Uruguai é hoje na América Latina o país com o maior número de telefones por habitante (14,5) e a Antel teve lucros superiores a 100 milhões de dólares em 1991.

O que possibilitou a vitória do povo uruguaio nessa batalha foi a formação de um leque de alianças que envolveu desde a Frente Ampla (de esquerda) até setores do Partido Colorado. Foram realizadas consultas preliminares conforme divulgamos na Classe Operária, que possibilitaram o plebiscito. Esse resultado é um duro golpe no projeto neoliberal do governo de Lacalle e serve como exemplo de luta para os povos latino-americanos.



Finalmente começou o julgamento de Nexhmije, viúva do falecido dirigente da Albânia, Enver Hoxha. No dia 21 próximo deverá ser pronunciada a sentença final. Esta semana estão sendo ouvidas as testemunhas e os primeiros depoimentos vão pondo por terra as acusações de corrupção que foram assacada contra N. Hoxha e sua família, pelos atuais diretores e pela imprensa daquele país. O famoso ouro que estaria em poder da família de Enver Hoxha não passa de algumas xícaras de café. Apesar de todos os vícios legais a que o processo está submetido o que fica cada dia mais claro é que este é um caso de perseguição política e ideológica. Visa atingir os dirigentes albaneses da época em que o país era socialista e que não traíram suas convicções. Faz parte também da campanha anti-comunista que o imperialismo e a reação levam a cabo em todo o mundo.

Em carta dirigida ao dirigente do Partido Comunista do Canadá (m-l), Hardial Bains, Nexhmije Hoxha descreve a situação caótica da Albânia atual e as perseguições que vem sofrendo. Diz a carta:

"Você já está a par da horrível situação que se criou aqui e conhece as grandes mudanças políticas que sacudiram a Albânia.

Sob a bandeira da "transparência" e da liberdade de imprensa, desencadeou-se contra o Partido do Trabalho e sobretudo contra Enver Hoxha uma campanha de propaganda abjeta e caluniosa acusando-os de reponsáveis pelo que ocorre hoje: a pobreza extrema, a anarquia, a destruição etc. Esta propaganda conduziu à derrubada dos monumentos dedicados a Enver Hoxha em Tirana e outras cidades. Por toda parte na Albânia, salvo nas grandes cidades, esses acontecimentos provocaram uma forte revolta popular: ocorreram assembleias populares onde eu própria vi grupos armados e ouvi a palavra de ordem: A Tirana!

Descrevendo os acontecimentos durante as vinte e quatro horas que se seguiram, à destruição de monumentos em Tirana e outras cidades, Nexhmije Hoxha relembra que sem a intervenção dos guardas, "coisas horríveis aconteceriam". "Graças a eles, a casa foi salva, da mesma forma que os arquivos, os livros, as lembranças etc., e os quinze membros de nossa família puderam fugir em condições verdadeiramente dramáticas. Eu ao menos pude salvar meus filhos". (...)

"No início de 1991, o governo de Adil Çarçani tinha me oferecido como residência a pequena casa onde eu já tinha vivido durante trinta anos com Enver. Ela estava destinada a se tornar um museu. Depois o governo de Fatos Nano me cedeu um apartamento de cinco peças, mas o governo de estabilização ordenou que a família de um prisioneiro deveria residir no mesmo apartamento. Uma vez que eu tinha o direito de viver com um de meus filhos, levei a causa ao tribunal e ga-



Nexhmije é vítima de falsas acusações

nhei (...)

Preocupo-me com o que acontecerá com os livros de Enver, os álbuns, as lembranças etc. que estão todos retidos em nossa primeira casa (aquela que estava destinada a se tornar um museu). Atualmente o acesso é proibido a essa casa bem como à nova residência a nossos apartamentos e aos apartamentos de nossos filhos e não temos nem mesmo o direito de lá retornar para buscar nossos objetos pessoais. Só após meu julgamento será dada uma decisão a esse respeito.

Por outro lado, intensificam-se os insultos e ameaças contra minha pessoa contra minha família, meus filhos e netos na escola. Não cessam de repetir absurdas ofensas de que nossa família teria violado o tesouro do estado e teria depositado ouro numa conta na Suíça. Eles se aproximam da nossa casa e gritam: "Devolvam o ouro ou nós queimaremos sua casa". Nos muros do edifício onde trabalha Sokol, eles escreveram: "Ilir e Sokol, devolvam nosso ouro!". E na escola, eles disseram a Valbona: "Diz à tua avó para devolver o ouro".

As escolas estão totalmente destruídas, sem aquecimento, não há mais vidros, é o caos total. Ladrões entram nas escolas e pegam as pastas escolares, os sapatos e as blusas dos mais jovens e às vezes (isso não é raro) se vê as crianças voltarem para casa totalmente nuas. Imagine quão traumatizante isso deve ser para as crianças! Ninguém reage, nem os mais velhos, porque os ladrões têm facas. As jovens são violentadas.

Camarada Bains, você conhece essa Albânia? Os estrangeiros que vêm pela primeira vez ficam chocados com a pobreza extrema, a destruição, a insegurança que reina no país. Nós mesmos estamos pasmos: como é possível que a Albânia tenha mudado a esse ponto? Mesmo após a guerra não havia tanta destruição, crime e pobreza!

O que é mais gritante é a crise psicológica que se espalha entre o povo,

a confusão, a desorientação, o vazio espiritual. Não falo apenas dos assassinatos e roubos cometidos, mas perdeu-se bastante a honestidade e a fidelidade albanesa.

Camarada Bains, talvez eu seja pessimista, mas muitos são aqueles que perguntam para onde vamos. Para a democracia ou o fascismo? Todos esperam encontrar um espaço democrático, uma instituição jurídica que funcione, a calma e a segurança. Mas a situação não é clara. A economia, a produção e as finanças estão arrasadas e não sabemos quando conseguiremos reagir. Com a ajuda estrangeira? Sem dívida, mas a que preço? Espero estar errada, mas ultimamente, muita gente sobretudo os jovens não pensam em outra coisa a não ser em se salvar individualmente e não se preocupam com a independência da Albânia. Certamente a Albânia deve aderir à CEE, mas deve permanecer um estado soberano. Foi por essa independência e essa soberania que após o nosso Renascimento os guerrilheiros e depois En-

ver e seus camaradas derramaram seu sangue.

Nas condições criadas na União Soviética e nos países do Leste europeu, era impossível resistir às imensas ondas desencadeadas pelo ciclone do anti-comunismo em nome da democracia e dos direitos humanos. (...) Mas não se pode jamais capitular quando se trata de questões tão importantes para um povo como a liberdade, a independência, a soberania, a unidade política, o trabalho e a segurança dos cidadãos. Isso devemos defender ombro a ombro.

Mais adiante Nexhmije afirma: "creio que o campesinato, que constitui cerca de 60% da população, não perdeu seu patriotismo multiseular. Constitui uma força viva que tem uma experiência direta do que produziu o socialismo na organização da vida: crescimento da produção, elevação do nível de vida de instrução e saúde etc. Agora, ele vai conhecer a experiência concreta do que tem a oferecer o capitalismo.

Quanto a Enver, a história mostrará a verdade porque ela é um juiz imparcial e implacável. No que me concerne, a mim e a muitos de meus camaradas, não estamos preocupados com o que vai nos acontecer: nós não nos afastamos da missão que tínhamos

em nosso coração e será em paz que fecharemos os olhos, com a consciência tranquila. Nossa vida está repleta de maravilhosas lembranças, uma vida revolucionária plena de paixões. Da minha parte, se conseguir preservar a vida de meus filhos, morrerei feliz porque os 45 anos que passei com Enver são uma epopéia rara, plena de lutas revolucionárias e patrióticas, e lírica do ponto de vista pessoal".

Após descrever as condições da prisão de onde ela escreve, sem cadeira, nem cama, com uma tênue luz, e após exibir um grande e profundo amor pelos filhos, Nexhmije Hoxha termina sua carta afirmando: "Eu vos saúdo de longe, da pequena Albânia dos grandes sofredores".

Aos 73 anos de idade, a viúva de Enver Hoxha é levada a julgamento sob falsas acusações de desvio

INTERNACIONAL

Estados Unidos bombardeiam Iraque

LEJEUNE MATO GROSSO
Sociólogo e professor da Universidade
Metodista de Piracicaba - SP

Conforme previsões e os últimos acontecimentos políticos e militares envolvendo o Iraque, mais uma vez os Estados Unidos bombardeiam covardemente esse país árabe. Tais fatos, podem acabar levando a novos conflitos na região do golfo Arábico (chamado Pérsico).

As "forças aliadas" - na verdade Estados Unidos, França e Inglaterra - desfecharam às 16h15 (de Brasília) do último dia 13 de janeiro, pesados ataques aéreos a bases militares iraquianas. Utilizando-se de 110 caças e bombardeiros, decolados de bases militares em terra na Arábia Saudita, ocupada militarmente pelos Estados Unidos e de porta-aviões estacionados no Golfo, foram brutalmente atacadas as cidades de Al-Anbar, Al-Amarah, Al-Najah e Basra, esta última, sede da província que fica na fronteira com o Kuwait (também sob ocupação americana).

Quem é o provocador?

Pelo menos nos últimos 30 dias, a grande imprensa e, em especial, a mídia televisada, já vinha "bombardeando" com notícias facciosas e alarmantes, como que preparando as pessoas para mais esta agressão a um país que tenta manter intacta a sua unidade territorial e sua soberania política, apresentando o Iraque como agressor e vilão.

Entre os 21 países que compõem a Liga dos Estados Árabes, é muito nítida a divisão política. O exemplo da Guerra de 17 de janeiro de 1991, deixou de um lado, 12 países a favor da agressão ao povo do Iraque e de outro lado outros 9, entre eles os combativos palestinos, líbios, tunisianos, argelinos, sudaneses, iemenitas, mauritanos e jordanianos.

Falou-se nesses dias todos em "movimentação de mísseis" pelo Iraque. Falou-se que Saddam Hussein estava "violando as resoluções da ONU sobre as zonas de exclusão" (sic), imposta ao sul do paralelo 32º e ao norte do paralelo 36º. Isso para "proteger" - pasmem - os grupos radicais xiitas e os curdos. Desde quando as potências estão preocupadas com xiitas e curdos? Se quiserem estabelecer o Estado do Curdistão (que vivem na Turquia, Irã, norte do Iraque e Síria), as potências já o teriam feito desde a partilha do Oriente Médio pelos países vencedores da primeira guerra em 1918.

Quanto a "proteger a população xiita" do sul é outra falácia. Os Estados Unidos sabem muito bem que se derrubarem o governo iraquiano e os xiitas fundamentalistas ocuparem o poder, a situação política do Oriente Médio continuará tensa e conflituosa.

Falou-se também nos últimos dias que "iraquianos invadiram" (sic) 3 vezes seguidas o Kuwait para "recuperar armamentos" naquele país. A palavra "invasão", fortemente ideologizada, foi martelada para passar a impressão de que o Iraque estaria novamente agredindo um "país indefeso" e violando as "resoluções" do Conselho de (in)Segurança da ONU. Outra bravata americana. A própria ONU criou uma "zona desmilitarizada" entre Kuwait e Iraque, e o que houve foi que cerca de 150 iraquianos civis e desarmados, cruzaram essa zona desmilitarizada para trazer de volta ao Iraque, equipamentos e objetos lá deixados,

quando do término da guerra, em fevereiro de 1991. É tudo isso autorizado pelo mesmo Conselho de (in)Segurança (resolução de 1991).

O que está em jogo?

Desde agosto de 1990, quando o Iraque ocupou o Kuwait, que o governo chamava de "a 19ª província iraquiana", o que sempre esteve em jogo em toda a região foi a questão do controle das reservas petrolíferas do Oriente Médio. Mas, mais do que isso: aquela região é estratégica na geo-política do Planeta. Não só pelas reservas de petróleo, mas pela posição geográfica entre os mares Vermelho, no Golfo de Áden (separa o continente africano da península arábica), e o Mediterrâneo, onde, com sua travessia, chega-se rapidamente à Europa. Isso tudo sem falar no estratégico Canal de Suez.

Sobre as reservas de petróleo, se for considerado o que os engenheiros petrolíferos chamam de "reservas provadas, inferidas e ainda não descobertas", só para falar nos 6 maiores países produtores da região, estima-se que possuam 544 bilhões de barris de petróleo, enquanto o dito poderoso Estados Unidos, detém apenas 84 bilhões de barris. Excluindo as reservas não descobertas, os EUA teriam somente 47 bilhões de barris (suficiente para um consumo mundial de apenas 2 anos), enquanto que o Oriente Médio, detém 466 bilhões de barris (10 vezes mais que o suficiente para o consumo do mundo por 20 anos seguidos). (1)

O problema da soberania

O que está em discussão no momento não é se o governo iraquiano faz ou não provocações, se é mais ou menos democrático. O que está em jogo é o problema da soberania e independência nacional das nações do planeta. Se por um lado os Estados Unidos e seus serviços aliados, como a Inglaterra e a França (entre tantos outros), pretendem tornar-se xerifes da terra, por outro, existem ainda povos e nações dispostos a levar adiante a sua luta pela soberania e independência (há grandes exemplos como o de Cuba, Angola, Moçambique, Coreia do Norte e outros).

Com o fim do chamado campo do socialismo, ou "socialismo real", como pretendiam os revisionistas soviéticos, o mundo perdeu a bipolaridade. Os EUA, com apoio da então URSS de Gorbachov e depois a Rússia de Yeltsin, passaram a utilizar-se do Conselho de (in)Segurança da ONU para mandarem e desmandarem no planeta.

Resoluções são tomadas por tal Conselho, sob determinação dos Estados Unidos, que "oferecem-se" para enviar as suas tropas, tornando-se os senhores da guerra no planeta. Talvez até como que realizando as previsões do prof. Paul Kennedy, (2) de que uma grande nação hegemônica em determinados momentos da sua história, às vésperas de sua decadência, precisaria desenvolver grandes e poderosas ações e demonstrações militares.

A chamada "intransigência de Saddam Hussein", não é nada mais que a firme disposição do governo iraquiano, de resistir da melhor forma possível, mesmo



A tensão volta ao golfo

estando em desvantagem militar, às agressões das potências imperialistas.

A tentativa de destruição e aniquilamento do Iraque, faz parte desse grande projeto americano de tentativa de controle mundial, na perspectiva de quebrar a resistência dos povos lutadores pela soberania e independência nacional. O exemplo de resistência dado pelo Iraque neste momento, deve ser, pela ótica americana, liquidado. Não pode se ampliar e proliferar.

As perspectivas

Mais uma vez, a mídia insiste em "ataques cirúrgicos" (sic), ditos precisos, visando apenas objetivos militares. Dizem que não matam civis. Falam apenas em "ataques rápidos e exemplares" (sic). Na verdade, matam civis e visam destruir a já combalida infra-estrutura do Iraque. Os ataques podem talvez continuar.

A poucos dias da posse do novo presidente americano Bill Clinton, que apóia totalmente as ações de Bush, os quais em nada diferem um do outro em política internacional, as perspectivas são as mais sombrias possíveis. Em recente entrevista concedida a Trude Feldmann (3), o futuro presidente dos EUA fala claramente contra um possível Estado Palestino na região e sequer admite a possibilidade de autonomia limitada - apenas administrativa - aos territórios palestinos ocupados por Israel desde 67 (hipótese já aceita até pelo governo israelense).

Se Clinton pode ter criado, com sua eleição, algumas contradições com a política neoliberal mundial, com seu discurso interno protecionista e de críticas à política econômica de Bush, seu posicionamento para questões do Oriente Médio é o mesmo do atual governo republicano. Está com Israel e contra os árabes - pelo menos contra os árabes de linha mais nacionalista.

Como tantos outros conflitos militares que ocorreram na história da humanidade, também esse tem desfecho imprevisível. O governo iraquiano já anuncia a deflagração de uma nova "guerra santa". Conclama o seu bravo povo a preparar-se para mais uma grande batalha. Não se sabe a reação dos países árabes. Muito provavelmente "racharão" novamente.

Do ponto de vista estritamente militar, o exército iraquiano reorganizou-se novamente, recompôs-se e reorganizou completamente a sua Guarda Republicana. Sua força aérea tem, estimativamente,



O país agredido

te, 400 aviões de vários tipos e sua infantaria blindada (tanques), segundo a revista Janes Defense, inglesa, voltou a superar mil unidades (ainda apenas um quarto do que antes da guerra). Evidente que nada disso é suficiente para enfrentar as potências.

Não se sabe qual poderá ser a reação da Síria, hoje um país já catapultado a detentor do 4º maior exército do mundo com o enfraquecimento do Iraque (mais de 4 mil tanques soviéticos de última geração). Na guerra do Golfo, esse país perfilou-se ao lado dos Estados Unidos. Mas, e agora? Sabe-se que, horas antes do ataque covarde, a Liga dos Estados Árabes, por unanimidade, já havia condenado as deportações de 415 palestinos (19/12/92) e pedia todo o rigor ao Conselho de (in)Segurança da ONU no cumprimento da sua resolução nº 799, que determina o imediato repatriamento dos palestinos às suas terras.

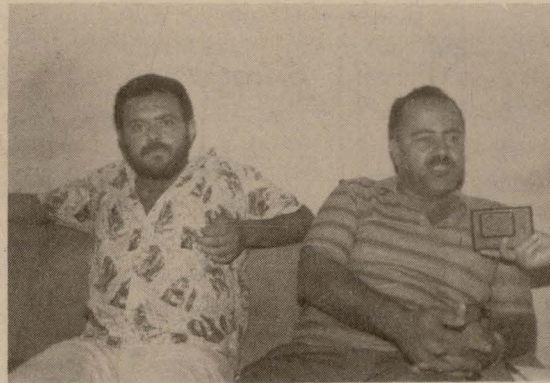
De um modo geral, os povos dos países árabes posicionam-se ao lado do povo iraquiano. Os patriotas e democratas de vários países do mundo, condenam mais essa agressão. Todos sabem que mais dia menos dia, serão vencedores os que lutam pela liberdade, justiça, igualdade e soberania nacional.

(1) BAUTISTA VIDAL, José Walter, "Soberania e Dignidade - Raízes da Sobrevivência", Ed. Vozes, RJ, 1991, pags. 123-124.
(2) Assensio e Queda das Grandes Potências, Editora Campos, RJ, 1989, 2ª edição.
(3) Do jornal Middle East Inside, republicada no Brasil pelo Estado do dia 20 de dezembro de 1992, pág. 15.

MOVIMENTOS

Chapa para derrotar Medeiros

GUIOMAR PRATES



Mendes e Neleu, da oposição metalúrgica

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo deverá realizar eleição para a nova diretoria ainda este ano. A atual direção do Sindicato tem até o final de maio para marcar a data do pleito. O atual número de sócios do Sindicato é segredo guardado a sete chaves por Luis Antonio Medeiros - Força Sindical - (Presidente) e pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que dificultam o acesso dos trabalhadores às informações da entidade. Dados extra-oficiais indicam que deve haver entre 80 a 100 mil associados. Esse número costuma "baixar" em época de eleição. A categoria, que já teve 430 mil trabalhadores, foi profundamente atingida pelas demissões e as estimativas apontam que hoje não passa de 250 mil o número de metalúrgicos na capital paulista. Para falar sobre a atual situação da categoria e a importância de uma chapa de oposição à Força Sindical na próxima eleição, **A Classe Operária** conversou com dois integrantes da Corrente Sindical Classista, Neleu Alves, torneiro-ferramenteiro da Brasilata, e Antonio Mendes, membro da Comissão de Fábrica da Mapri. Eles fazem parte da Oposição Metalúrgica.

Classe - Qual é a importância do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no cenário político brasileiro?

Neleu - Por ser o maior sindicato da América Latina, joga papel fun-

damental. É só ver o exemplo dos últimos acontecimentos. Na eleição para Presidente da República, o Medeiros, na sua postura de traidor da classe operária, apoiou Collor. Depois, continuou apoiando a política neoliberal. Mesmo na luta pelo impeachment do Sindicato poderia ter jogado papel e não jogou, deixando os trabalhadores de fora desta batalha. O responsável por isso foi o Medeiros, que até a última hora apoiou o Collor, tentou puxar um ato diversionista na Praça da Sé em apoio à política de Collor, mas não conseguiu. De qualquer forma, impediu que os trabalhadores fossem à rua contra esta política. Com uma direção consequente, o Sindicato poderá contribuir com a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Classe - Qual é o objetivo da Corrente Sindical Classista nesta eleição para o Sindicato?

Neleu - Nosso objetivo é formar uma chapa que aglutine todos os setores que fazem oposição ao

Medeiros e à Força Sindical. Vamos trabalhar por uma chapa única de oposição, que tenha predominância de trabalhadores organizados nas Cipas e Comissões de Fábricas e que vá além da CUT, que incorpore a Central Geral dos Trabalhadores e outros setores, além de todos os metalúrgicos que não concordam que o Sindicato sejam um esteio da política neoliberal e estejam dispostos a transformá-lo em um Sindicato de luta.

Classe - Qual é a política que esta chapa deverá implementar no Sindicato?

Mendes - Hoje, os trabalhadores sentem o salário ser corroído pela inflação, o desemprego está presente nas fábricas. Enquanto isso, o Sindicato engana a categoria, dizendo que não existe problema e que os acordos são positivos. Nossa chapa deverá defender uma política que seja de enfrentamento não só com o patronato, mas com o próprio neoliberalismo, que massacra os trabalhadores. Queremos um sindicato amplo, que permita a participação dos trabalhadores e leve em conta suas opiniões, ao contrário do que acontece hoje, quando as decisões são tomadas dentro dos gabinetes em conchavos com a Fiesp. É importante derrotar o Medeiros, que é o porta-voz da Fiesp desde a Constituinte, quando foi contra a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego. Precisamos tirá-lo do Sindicato, porque há muito tempo ele é afinado com a política do patronato.

Denúncia de *dumping*

O Deputado estadual do PCdoB Jamil Murad entregou no dia 13 de janeiro, ao Superintendente da Polícia Federal em São Paulo, uma representação contra a empresa multinacional norte americana Becton Dickinson, maior produtora mundial de materiais médicos hospitalares, e reponsável por quase todo o comércio de seringas para coleta de sangue no Brasil.

Os documentos entregues pelo deputado provam a prática de *dumping* (comércio de produtos abaixo do preço de custo, com o objetivo de "quebrar", a concorrência nacional) e contrabando, cujo valor de prejuízo ao herário público já pode ultrapassar soma de 35 milhões de dólares.

Jamil Murad entregou ao Governador Luiz Antonio Fleury Filho, uma representação solicitando a anulação de todas as concorrências públicas ganhas pela Becton Dickinson, abertas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Além disso o deputado federal Aldo Rebelo, juntamente com Jorge Borges Sa, proprietário da empresa Labnew Indústria e Comércio de capital 100% nacional e principal prejudicada por este *dumping*, estiveram com o procurador Geral da República, Aristides Junqueira, afim de entregar ao procurador documentos da Coordenadoria Técnica do ministério da Indústria e Comércio e da secretaria do Direito Economico (órgão subordinado ao Ministério da Justiça), que comprovam os crimes de *dumping* e contrabando por parte da multinacional Becton Dickinson.

Reforço parlamentar

Mais um deputado federal e mais um deputado estadual do PC do B. Essa é uma boa notícia para esse começo de ano. Sérgio Miranda, que nos seus quatro anos de vereador reafirmou sua liderança, foi reeleito em Belo Horizonte como um dos mais votados da cidade. Assume agora em janeiro uma vaga na Câmara Federal por



Sérgio Miranda

Minas Gerais. Já Newton Miranda, presidente do PCdoB no Pará, representará o partido na Assembléia Legislativa do estado. Os dois novos deputados são integrantes da direção nacional do PCdoB e, sem dúvida, seus mandatos significarão um grande reforço para o trabalho parlamentar do partido.

Lei da meia-entrada

Maria do Rosário, a mais jovem vereadora da Câmara de Porto Alegre, eleita pelo PCdoB, já protocolou dois projetos de lei. O primeiro traz de volta a meia-entrada para estudantes e professores em cinemas, teatros, jogos e outros espetáculos culturais e de lazer. O outro projeto prevê a eleição direta para diretores e vice-diretores nas escolas públicas municipais. A proposta extingue o colegiado e estabelece a proporcionalidade de votos (50% para professores e funcionários e 50% para estudantes e pais). A eleição acontecerá em dois turnos e se dará com a formação de chapas. Terão direito a voto alunos maiores de 12 anos, pais ou responsáveis por estudantes com idade inferior, além de professores e funcionários. A meta é construir a escola pública municipal sobre bases democráticas, onde os princípios de igualdade, liberdade e da pluralidade de idéias sejam respeitadas.

Democratização da comunicação

PEDRO DE OLIVEIRA

Mais de 40 novos Fóruns de Democratização da Comunicação foram instalados nos últimos meses do ano passado, nas capitais dos Estados e em grandes cidades do país na esteira da campanha nacional pela Lei da Informação Democrática, em tramitação no Congresso Nacional. Hoje são ao todo 50 Fóruns estaduais e regionais enquanto outros 50 estão em fase de implantação até março e mais cem até o fim de julho.

"A campanha de apoio à Lei da Informação Democrática está empolgando o país. Está servindo para a formação de uma grande rede nacional da luta para a democratização dos meios de comunicação. Se hoje já são 50 Fóruns reunindo mil entidades da sociedade civil, é possível que antes das eleições de 94 haja perto de mil Fóruns, reunindo dez mil entidades. Basta que o atual esforço continue".

A previsão é de José Carlos Rocha, um dos coordenadores do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e da campanha de apoio à Lei da Informação Democrática, que percorre o país atendendo a convites para divulgar e debater o projeto da lei

.Reforma geral

O projeto da Lei da Informação Democrática estabelece a liberdade de transmissão municipal para rádios e tevê comunitárias, mediante simples registro em cartório. Prevê que cada município terá direito no mínimo a uma rádio e uma tevê públicas, de programação independente em relação ao Estado e à iniciativa privada e dedicadas às artes, à cultura à educação e ao jornalismo. Traz a obrigação, para todos os tipos de emissoras de rádio e tevê, de produzir nas cidades em que se encontram quarenta por cento de sua programação total. Ampara a produção independente e dá direito de tela, na tevê, ao cinema nacional e, também, prosibe o monopólio e o oligopólio nos meios de comunicação.

- Todas essas providências já foram implantadas, há muito tempo, nos Estados Unidos e na Europa, não havendo razões para que não o sejam no Brasil, diz o coordenador do Fórum Nacional, para quem a Lei da Informação Democrática implica numa profunda reforma das relações de comunicação, revolucionando as relações sociais e políticas no país.

Jose Carlos Rocha, que é professor de ética e legislação do jornalismo na USP, lembra que foi um militante do PC do B, professor Dino Magnoni, de Bauru, quem sugeriu a realização da campanha.

Campanha nacional

- É tão violento e visível o monopólio das comunicações no Brasil que a maioria da população está pressensibilizada a acabar com ele. No momento, é muito importante que as lideranças sociais, sindicais e políticas tomem a iniciativa de agir nesta direção. Os militantes do PCdoB prestarão grande serviço ao país formando o Fórum de sua cidade, para o que basta, inicialmente, juntar cinco entidades interessadas na democratização dos meios de comunicação, fazer uma reunião e instalar o Comitê local. Com mais de 15 entidades, já se tem o Fórum, que se integra à luta nacional, aderindo aos princípios e objetivos do Fórum Nacional.

Os Comitês e Fóruns locais que se instalarem até 28 de fevereiro poderão enviar delegados à IV Plenária do Fórum Nacional, que se realizará nos dias 26, 27 e 28 de março próximo.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTOS

CNTE realiza 24º Congresso

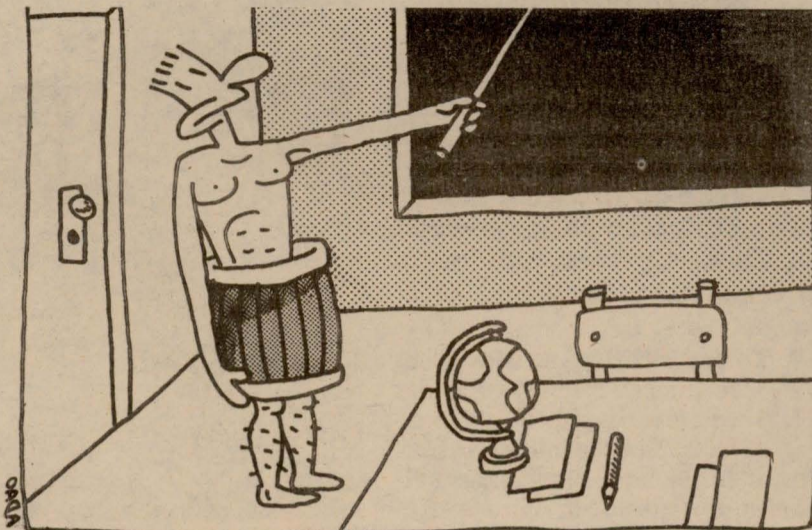
WEVERGTON BRITO LIMA
do Rio de Janeiro

De 7 a 10 de janeiro, foi realizado o 24º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, com a presença de 1635 delegados, representantes de 29 entidades de trabalhadores em educação de todos os estados do Brasil. O encontro aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, para discutir os problemas da Educação e definir os rumos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, na sua nova gestão.

A solenidade de abertura contou com a presença da secretária municipal de educação, Regina de Assis, representando o prefeito César Maia. Mas a presença mais aguardada foi a do Ministro da Educação, Murílio Hingel, que participou, na sexta-feira, dia 8, de um painel com o tema "As Ações do Ministério da Educação Para Superar a Crise da Educação". Os delegados ligados a Convergência Socialista, Causa Operária e outros grupos trotskistas, vaiaram insistentemente o Ministro. No entanto, a maioria do plenário repudiou esta atitude e aplaudiu diversas vezes Maurílio Hingel, quando ele assumiu posições de defesa e valorização do ensino público. O Ministro, entretanto, uniu todos os delegados numa vaia estrondosa, quando se posicionou a favor da compra de bolsas de estudo nas escolas particulares, o que os trabalhadores em educação consideram um desvio das verbas da escola pública.

Presença marcante da CSC

A Corrente Sindical Classista foi a segunda força do Congresso. A tese 9, defendida pela CSC, embora tenha sido derrotada em plenário pela tese da Articulação, foi considerada a mais consequente, sendo elogiada inclusive pelas outras correntes. A tese vencedora sofreu várias emendas graças a ativa participação dos membros da C.S.C., que atuaram decisivamente nos grupos de trabalho, garantido o respaldo político para a aprovação das emendas. Para Luis Gavazza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia - APLB/Sindicato -, as emendas mais importantes feitas a tese guia, foram as que comprometeram a CNTE com a defesa do socialismo e a caracterização da atual crise brasileira como consequência da aplicação do projeto neoliberal, fruto da crise internacional do capitalismo. "Através das nossas emendas conseguimos construir um programa que caracteriza claramente o momento de construção de uma nova ordem mundial, que significa a rearticulação do imperialismo, reafirmando, portanto, a necessidade de lutar pelo socialismo, como uma tarefa dos trabalhadores de todo o mundo. Vale lembrar que na tese da Articulação não havia uma referência sequer ao socialismo, o que passaria, por con-



trabando, uma posição semelhante ao que as classes dominantes vêm afirmando sobre o fim do socialismo. Foi a CSC que encontrou a formulação que unificou as teses apresentadas ao Congresso."

Defesa da Escola Pública

No Brasil, cerca de oito milhões de crianças em idade escolar estão fora das salas de aula. No combate a essa situação, o 24º CNTE se colocou em defesa de uma escola pública, gratuita, laica, de qualidade, que atenda a todos e que se caracterize como uma escola unitária, onde se trabalhe a idéia do sistema único nacional e a defesa do trabalho como princípio educativo. "Esses são avanços dos mais importantes, que na verdade reafirmam posições anteriores da entidade, mas que hoje foram expressas de forma mais clara e adotadas consensualmente pelo plenário, a partir das intervenções da CSC," destacou Maria Alba Correia da Silva, uma das coordenadoras da delegação da Corrente e ex-vice-presidente da CNTE. Para Roberto Felício, presidente da entidade na última gestão e um dos líderes da Articulação, o Congresso serviu, entre outras coisas, para definir uma campanha unitária a ser desenvolvida em todo o Brasil, visando alcançar um piso mínimo para os trabalhadores em educação, em especial os professores, e garantir a aprovação da Lei de Diretrizes e Básicas da Educação - LDB, que está sendo discutida no Congresso. "Se a LDB for aprovada no seu texto original, será, sem dúvida, um avanço", opinou Felício.

Recusada Oposição Sistemática

A manhã de sábado foi marcada pela tentativa da Convergência Socialista e outros grupos, de aprovar resoluções que colocassem a CNTE em oposição sistemática ao Governo Itamar Franco. O plenário rejeitou todas as tentativas neste sentido. A Corrente Sindical Classista, que se colocou contra essas propostas, deixou claro que tomar uma posição deste tipo seria fazer o jogo da burguesia, que pressiona o governo de todas as formas para que ele siga o mesmo caminho da ortodoxia neoli-

beral, implementada por Collor de Mello. A CSC defendeu unitariamente, com Articulação, PDT, PSB uma posição de independência em relação do governo Itamar, incentivando a mobilização dos trabalhadores, como principal arma de luta nas conquistas das reivindicações populares.

As Eleições para o CNTE

As eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal da CNTE foram disputadas por três chapas. A chapa 1, que reuniu Articulação, Democracia Socialista e Nova Esquerda, foi a vencedora, com 903 votos (57,73%); a chapa 2, que agregou a Convergência Socialista, O Trabalho, Causa Operária, Partido Revolucionário Operário, Tendência por um Partido Operário Revolucionário, entre outros, teve 300 votos (19,18%). A Chapa 3, Unidade Classista, foi fruto da postura séria e coerente da Corrente, que durante todo o Congresso pregou a unidade entre os trabalhadores para o enfretamento ao projeto neoliberal, o que atraiu o apoio de vários sindicalistas independentes e de outras forças presentes ao Congresso, como o PDT e CPERS-RS. A chapa classista obteve 361 votos (23,08%), com direito a quatro cargos na executiva (sendo que um dos cargos será ocupado por um membro do CPERS-RS), e um no conselho fiscal. Milton Canuto (Alagoas), Julio Cesar Soares da Silva (Amazonas) e Rui Oliveira (Bahia), serão os representantes do sindicalismo classista na executiva da entidade, sendo que Rui Oliveira assumirá a Vice-Presidência, e Luis Cavazza a vaga no conselho fiscal. O novo presidente da CNTE é o professor Horácio Reis Filho. A CSC defendeu a tese da proporcionalidade qualificada, o que deixou isolada a Articulação e determinou sua derrota na votação mais apertada do Congresso, 611 a 608.

No encerramento do Congresso, Maria Sanchez, representando a Confederação dos Trabalhadores em Educação da Argentina, declarou à plenária que sua pátria vive um dos momentos mais terríveis de sua história, e conclamou todos os povos da América Latina para se unirem na luta contra o projeto neoliberal.

Mulheres vítimas da violência real

O assassinato de Daniela Perez, no final de 1992, revoltou a opinião pública. Este é um crime que mobilizou o meio artístico e a população em geral e que tem tido grande cobertura da imprensa. Mesmo assim, as atitudes do delegado que cuida do caso e da juíza Marcia Ferreira Alvarenga são flagrantes e atestam o preconceito que aprisiona a figura da mulher.

O delegado em suas primeiras declarações, ao mencionar as possíveis razões do crime, revelou a concepção machista que vigora na sociedade. Quando afirmou que Guilherme de Pádua estava sob forte tensão emocional em consequência dos assédios que vinha sofrendo por parte da atriz, ele tentava justificar o crime, atenuando a culpa do réu. A juíza, por sua vez, decretou relaxamento da prisão, libertando o assassino.

Impunidade

Transformar a vítima em vilã: este é o script que já conhecemos. O assassinato de Daniela Perez é um capítulo que vem se repetindo, pois faz parte do cotidiano das mulheres. É o enredo que conta a verdadeira história da impunidade.

Neste, assim como em todos os casos, a integridade moral da mulher agredida é que foi imediatamente atacada. A utilização deturpada da imagem da vítima serviria para justificar o crime, como se para isso houvesse justificativa. A mulher, na versão de seus agressores, é sempre a provocadora do crime. Ela é ferida duas vezes: física e moralmente.

Preconceitos

A violência é a face mais cruel da discriminação sofrida pelas mulheres no seu dia-a-dia, na maioria das vezes, vítimas anônimas. O tratamento preconceituoso que lhes é dispensado, na lei e na vida, favorece a impunidade dos agressores e assassinos estimulando o crescimento desta violência.

Dados estatísticos demonstram que o sistema judiciário brasileiro, da forma como tem julgado tais crimes, está deixando de cumprir sua obrigação, que é de garantir a igualdade entre homens e mulheres na aplicação de direitos sociais e políticos, com idêntica proteção da lei.

Basta de impunidade!

Nós mulheres, e todos os que lutam pela justiça e contra todas as formas de discriminação é que vamos escrever um final diferente para esta novela!

(Manifesto distribuído à população pela deputada estadual Jussara Cony/RS e pela vereadora Maria do Rosário (POA), ambas do PCdoB.

Greve em Santos

O porto de Santos, o maior da América Latina está parado desde o dia 11, segunda-feira, em consequência da greve dos 2.800 trabalhadores administrativos, que reivindicam 34,4% de reajuste. Numa reunião de conciliação o Tribunal Regional do Trabalho (TST) de São Paulo chegou a propor que esse índice fosse válido a partir de janeiro para os trabalhadores que ganham até seis salários mínimos. A Companhia Docas do Estado de São Paulo rejeitou a proposta e o Sindaport que representa os trabalhadores, aceitou. Com a intransigência dos empregadores a greve continua. Há pelo menos três dezenas de navios atracados ou na barra sem poder carregar ou descarregar mercadorias. Como sem os administrativos o porto não funciona, há pelo menos 30.000 trabalhadores portuários parados.

Por outro lado os portuários acompanham com atenção a tramitação do Projeto de Lei nº 8 (PL 8) do Senado Federal. Os sindicatos da categoria afirmam que caso os trabalhadores sejam prejudicados pelo início de uma greve nacional dos portuários.

SOCIALISMO

9º Congresso da
UDP em Portugal

Realizou-se nos dias 12 e 13 de dezembro em Lisboa, o 9º Congresso da União Democrática Popular. Participaram cerca de 500 delegados representando as organizações de base de todo o país, inclusive das ilhas de Açores e da Madeira. O Congresso da UDP adotou resoluções políticas que colocam no centro da sua atividade o combate ao governo da direita, vigente em Portugal há mais de uma década e propugnam uma nova política para o país baseada em quatro aspectos fundamentais: defesa da democracia, defesa da soberania nacional, defesa do bem-estar e desenvolvimento e combate à corrupção. O deputado Mario Tomé foi reeleito Secretário Geral da UDP. Durante o Congresso, o dirigente comunista Eduardo Pires anunciou a filiação à UDP dos membros de sua organização, a Associação Comunista pela Democracia e o Progresso. O Partido Comunista do Brasil esteve representado no evento pelo deputado federal Aldo Rebelo, membro da Comissão Política do Comitê Central e líder da bancada do PCdoB no Congresso Nacional. Em seu pronunciamento, Rebelo destacou a profunda crise social decorrente da política neoliberal e referiu-se à emergência da luta dos povos contra o imperialismo.

Delegação alemã (ML)

Uma delegação do Partido Marxista-Leninista da Alemanha, integrada por Stephan Engel, secretário-geral, Klaus Arnecke, responsável pela revista teórica e Daniela Müller, da comissão de relações internacionais, visitou o Brasil entre os dias 17 e 22 de dezembro de 1992. Em São Paulo, a delegação do PMLA foi recebida na sede do Comitê Central, onde manteve conversações com a direção do PCdoB. Antes de sua partida, os representantes do PMLA fizeram uma concorrida palestra na sede do Comitê Regional de São Paulo, sobre a realidade da Alemanha após a reunificação. Seguiu-se um animado debate sobre variadas questões políticas e ideológicas.

EUA invadem a Somália

Mais uma vez, agora sob a capa de "ajuda humanitária", a Organização das Nações Unidas - ONU, que deveria ser, conforme sua Carta de Constituição, um organismo promotor da Paz Mundial, decide "autorizar" os Estados Unidos a enviar tropas para a Somália, para garantir a entrega de alimentos para a população local.

A grande imprensa, em especial as TVs, têm mostrado imagens, de fato, de grande impacto na opinião pública, com muita miséria e fome. Imagens por certo exageradas, como afirmam os próprios oficiais americanos de que não viram só "terra arrasada" na Somália, mas plantações e rebanhos vistosos.

Sob o "manto protetor" da ONU, as forças militares americanas desembarcaram, com as luzes das câmeras das TVs de vários países, em território somali. É mais uma intervenção militar americana, como tantas outras já realizadas, muitas só no período Reagan-Bush.

O que ocorre na verdade, é uma luta entre grupos guerrilheiros, que disputam o poder central e possuem concepções diferenciadas sobre quais as propostas melhores para tirar o país da crise. Assim, fala-se em "clãs", em seitas religiosas, minimizando uma importante luta do sofrido povo somali.

O que há de concreto, é um grande repúdio da população local, contra a ocupação militar por "yankees", "gringos" que nada têm a ver com o futuro do país. Muito pelo contrário. Trarão apenas mais sofrimento e miséria para a Somália, que deve procurar e defender a sua soberania e independência nacional.

Dirigente da Coreia fala do socialismo

■ O Secretário Geral do Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia, Kim Il Sung pronunciou discurso no 1º de janeiro em reunião conjunta do Comitê Popular Central e do Conselho de Administração da República. A Classe Operária publica trechos desse discurso:

Na chegada do Ano Novo, envio minhas calorosas felicitações e saudações ao povo do Norte da República, aos irmãos do sul, aos compatriotas radicados no Japão e em outros países e aos povos progressistas e amigos do mundo que avançam pelo caminho da independência, da paz e do socialismo.

1992 foi um ano glorioso, de relevantes vitórias, no qual nosso Partido e todo o povo, unidos solidariamente como uma só alma e vontade, venceram dificuldades e provas e demonstraram como é justa e invencível a causa do socialismo.

No ano passado os imperialistas e outros reacionários manobram com obstinação para isolar e sufocar nossa República, o baluarte socialista, e suprimir a causa do socialismo, mas não puderam bloquear o avanço de nosso povo. Este não é um povo que, rendendo-se ante uma pressão ou ameaça qualquer, renuncie à sua convicção e aos princípios revolucionários, nem que, deixando-se levar por um vento qualquer, abandone o caminho escolhido e adote outro.

No ano passado, através de uma luta difícil, mas orgulhosa, nosso povo se forjou ainda mais na unidade e coesão com o Partido. Adquiriram maior solidez e se alicerçou a base da economia nacional auto-suficiente que nos permite sobreviver com nossos próprios recursos em qualquer circunstância difícil.

O presente ano tem grande significação. É o ano do 40º aniversário da vitória da grande guerra de libertação da pátria.

Nessa contenda, nosso povo e o exército, unidos monoliticamente em torno do Partido, lutaram com heroísmo, dando provas de seu inflexível espírito combativo e abnegação inigualável. Assim, conseguiram desbaratar a invasão armada do imperialismo, salvaguardar com honra, a liberdade e a independência da pátria e demonstrar perante o mundo inteiro seu espírito revolucionário.

Uma tarefa honrosa que se apresenta hoje ante nosso Partido e nosso povo é destruir todo tipo de desafios e conjuras obstrucionistas dos imperialistas e outros reacionários, salvaguardar, defender e fazer brilhar ainda mais o nosso socialismo.

Em nossa sociedade, mais segu-



Jovens coreanos se orgulham de sua contribuição à pátria

ra e estável no aspecto político, garantem-se ao povo os direitos políticos de modo conseqüente, por via legal e social, e não existe nenhum mal social que viole e pisoteie a dignidade do homem. O Estado garante a vida do povo sob sua total responsabilidade. Por esta razão ninguém se inquieta quanto à obtenção de comida, vestuário e moradia, todos realizam atividades profissionais criadoras, tendo profissões apropriadas à sua vocação e capacidade e não existe nem um só desempregado ou mendigo. Em virtude do sistema de assistência médica gratuita os habitantes gozam de saúde e longevidade, e graças ao mais avançado regime de ensino gratuito, estudam durante toda a vida e progridem de modo ilimitado. Uma das principais características de nossa sociedade e sua superioridade fundamental, é que todos os seus integrantes, formando uma grande família, se ajudam e guiam uns aos outros, e compartilham as alegrias e tristezas sobre a base do princípio coletivista - um por todos e todos por um.

A dignidade e a vida feliz de que desfruta nosso povo são inimagináveis na sociedade exploradora e só podem ser asseguradas sob o socialismo. À margem do socialismo não podem existir nem a atual felicidade de nosso povo nem tampouco sua esperança quanto ao futuro. O socialismo significa a própria existência e vida do povo. Defender, salvaguardar e fazer brilhar nosso socialismo, conquista de uma sangrenta e prolongada luta, constitui para nosso povo o único caminho que

lhe assegura uma gloriosa existência e vitórias.

Depois de traçar as orientações gerais para o desenvolvimento econômico, social e cultural no ano de 1993, o dirigente coreano falou sobre a luta pela reunificação do país.

Nosso Partido e o governo da República têm impulsionado com energia e de maneira batalha para conquistar a reunifica-



Kim Il Sung

ção da pátria sobre a base do princípio da soberania nacional, pela reunificação da pátria segundo o sistema federativo sustentado na fórmula de uma nação e um Estado e dois regimes e dois governos. Sobre o problema da reunificação da nação, conversaremos com franqueza, sentados frente a frente, e sem perguntar sobre seu passado, com qualquer um que assuma uma atitude sincera para resolver o problema a partir da posição referida, e nos esforçaremos conjuntamente para levar a cabo esta obra.

Finalizando, o líder coreano Kim Il Sung referiu-se à política externa do governo da RDP da Coreia.

Ainda que seja complexa a atual situação internacional, a política externa independente do governo de nossa República mantém-se inalterável. Também no futuro seguirá executando sua política de independência, de paz e de amizade. Em qualquer situação complexa, manteremos com firmeza a independência, seremos fiéis aos princípios revolucionários e aos deveres internacionais, e faremos todos os esforços para realizar a independência em todo o mundo e desenvolver as relações de amizade e colaboração com os povos dos países socialistas, os não alinhados e demais nações do mundo.

Nossa causa revolucionária é justa e é invencível o socialismo de nosso país, centrado nas massas populares, e a luta por ela pode impedir nosso caminho.

PCdoB

Crescer, o desafio de 1993

RONALD FREITAS
Membro do CC do PCdoB

Na luta pela construção de nosso Partido temos enfrentado múltiplos e variados obstáculos. Tor-na-se necessário discernir no meio dos vários problemas, qual a questão central a ser estudada, analisada, compreendida e resolvida. Efetivar o funcionamento orgânico através das Organizações de Base (OBs); consolidar o Partido existente; dinamizar a militância; formar quadros em todos os níveis etc., são alguns dos problemas que afloram quando se discute esse tema. Na realidade todos eles são intimamente relacionados e exigem um tratamento simultâneo e harmonioso. Na situação atual todos esses problemas deverão estar referenciados no crescimento partidário. 1993 deverá ser assumido pelo PCdoB como *Ano do Crescimento Partidário*.

Um PCdoB forte

É fundamental compreender o crescimento do Partido como uma necessidade política primordial para que possamos jogar um papel político capaz de influir na vida nacional de forma decisiva. A causa primeira da necessidade de termos um grande Partido Comunista no Brasil, é a gravidade da crise estrutural e política que o país vive. Só uma visão limitada da crise que atravessamos, permite ver que sem um PCdoB grande e forte, não teremos condições de dar uma saída revolucionária para esta crise. A ausência de um PCdoB



LEANDRO SCHILPFAKE

grande e forte é um fator de "tranquilidade" para as elites, pois elas sempre se recompõem a cada nova crise e conseguem tratá-la (a crise) nos marcos dos seus interesses.

Cruzado I, Cruzado II, Plano Verão, Plano Bresser, Feijão com Arroz (Mailson da Nóbrega), Plano Collor; foram saídas que as elites encontraram em cada momento de acordo com as circunstâncias, mas que em nenhum deles se vai à raiz dos problemas e por isso mesmo a crise persiste e é relançada em um patamar mais alto assim que os efeitos iniciais das medidas passem.

Militância aguerrida

Fundamental para levarmos à frente uma vitoriosa campanha de crescimento partidário, é o empe-

no entusiasta e decisivo da militância em apilar as fileiras do Partido. Para isso a elevação do nível teórico e político da militância é fundamental. Necessitamos intensificar o estudo dos problemas teóricos e políticos da revolução, a correlação de forças existentes, compreender em que pé se encontra a luta revolucionária, hoje, e os desafios que enfrentamos para realizá-la.

O elemento decisivo de uma militância ideologicamente sadia, combativa e abnegada é a compreensão teórica e visão política justa da causa que esposam, sem isso o entusiasmo é fugaz e o rendimento baixo.

Propaganda intensa e eficiente

Crescer também significa construir um sistema de divulgação e propaganda de nossas idéias, que jogue o papel de "abre-alas" de nosso Partido. Uma propaganda e uma agitação eficiente, moderna, que sensibilize a massa é um elemento imprescindível para um efetivo e real crescimento partidário.

Para isso é necessário nos capacitarmos política, técnica e materialmente. Nesse fim de século, comunicar-se com a massa, chegar ao público é um grande desafio, mormente para um partido político, isso é decisivo. A comunicação de massas tornou-se sofisticada e cara e é necessário que estejamos em condições de atingir amplas massas com nossos ideais, ou o objetivo de crescermos poderá não passar de uma quimera.

Presença nas grandes universidades

O PCdoB realizou em Brasília, nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, um ativo nacional de universitários, logo após o 38º Coneg da UNE. O ativo contou com a presença de Dynéas Aguiar, secretário de massas do Comitê Central, teve a participação de 50 comunistas, dos quais cinco filiados no próprio evento. A maioria dos participantes é dirigente de entidades estudantis.

A participação do PCdoB nas mobilizações pelo impeachment se refletiu na composição do Coneg. Das 63 entidades presentes neste fórum, os comunistas influenciaram mais de 40 delas. O ativo avaliou que o PCdoB foi a força que mais cresceu no movimento universitário em 92. Para consolidar esta influência, se constatou que é necessário tomar algumas medidas. A principal delas é o reforço do PCdoB nas grandes universidades, onde a força dos comunistas ainda é pequena, o que dificulta o desenvolvimento da luta estudantil nestas escolas. O DCE da Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, nem esteve presente no evento; o DCE

da Universidade Federal do Rio de Janeiro não existe, assim como o da Universidade de Brasília; o da USP é dirigido pela Articulação. Estes exemplos mostram que é necessário concentrar o trabalho nessas grandes universidades, pois é aí que está o maior potencial de mobilização.

Outro ponto discutido foi a necessidade de atualizar e aprofundar a nova mentalidade do movimento estudantil, que foi a responsável, em última instância, pelo crescimento do PCdoB no movimento estudantil, nos últimos quatro anos.

Uma das debilidades constatadas é que as bases e os comitês universitários ainda são pequenos para o tamanho da influência partidária. É pequeno o número de comunistas para uma influência política grande. Isto significa que é acertada a orientação seguida pelo Partido, mas, por outro lado, mostra que é necessário dar maior atenção ao crescimento partidário.

Cabe aos comunistas debater e aprofundar a elaboração da proposta de reforma universitária, além de

desenvolver uma nova mentalidade sobre a atuação nas entidades de base, aquelas que estão diretamente ligadas aos estudantes, os diretórios e centros acadêmicos. Outro tema que mereceu a discussão dos dirigentes estudantis filiados ao PCdoB diz respeito à necessidade de ter propostas concretas para a mudança de estrutura da União Nacional dos Estudantes, já que este é um debate que está muito presente no meio universitário. Este assunto foi debatido também na última reunião da fração dos comunistas dirigentes da UNE, realizada de 8 a 11 de janeiro.

Dar maior atenção à política de alianças, procurando o trabalho unificado com as novas lideranças que surgem foi outra necessidade constatada. Também a formação de novos quadros é importante. Neste sentido, a Comissão Nacional de Juventude está promovendo três cursos teóricos, destinados aos secretários de juventude dos diretórios regionais, aos ativistas secundaristas e às lideranças universitárias do PCdoB. (G.P.)

Mensagens de solidariedade

Continuam chegando à sede do Comitê Central do PCdoB mensagens de solidariedade pela morte do dirigente Rogério Lustosa. Publicamos trechos de algumas dessas mensagens:

Com profunda dor, recebemos a notícia do falecimento do camarada Rogério Lustosa. Por motivo de falecimento do camarada Rogério, membro da Executiva Nacional do vosso partido e dirigente do setor de propaganda, expressamos nossa mais profunda condolência a vosso Partido e à família de Rogério Lustosa.

Comitê Central do Partido Comunista do Japão (Esquerda)

Aceitem nossas sinceras condolências pela morte do vosso camarada Rogério Lustosa, membro da Executiva Nacional do PCdoB, destacada liderança do Partido e fiel aos interesses da classe operária brasileira, à democracia e ao socialismo no Brasil e no mundo. Nossos mais sinceros sentimentos a vosso Partido e seu principal dirigente, Amazonas, augurando vitórias em vosso trabalho.

Roderick Eley, pelo Comitê Central do Partido Comunista da Irlanda (ML)

Em nome do Birô Político do Comitê Central e da militância do Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador, apresentamos a vocês, os dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil, nosso pesar pelo repentino falecimento do camarada Rogério Lustosa, diante de cuja memória, inclinamos reverentes as bandeiras vermelhas do proletariado equatoriano.

Para nosso partido é inesquecível a ativa presença do camarada Rogério na realização de nosso IV Congresso Nacional e na reunião multilateral realizada em Quito em 1991.

Pascual Prado, Birô Político do Comitê Central do PCMLE

Tomamos conhecimento pela "Classe Operária" do lamentável falecimento de vosso camarada Rogério Lustosa.

A Organização Comunista Recabarren - O.C.R. - faz chegar ao camarada João Amazonas, ao Comitê Central e a todos os militantes do irmão Partido Comunista do Brasil suas mais sentidas condolências por tão irreparável perda.

Edmundo Bavestrello H. Direção Nacional (O.C.R.)

Morre militante comunista

Faleceu no dia 31 de dezembro último, Hermes Moraes, vítima de afogamento ocorrido em Taió - SC.

Hermes filiou-se ao Partido Comunista do Brasil no dia 1º de maio de 1992 por ocasião da comemoração do Dia do Trabalhador na cidade de Joinville - SC, onde também participou da campanha de filiação massiva ao partido.

Desde então, como militante, prestou generosa ajuda na formação do Partido em Blumenau - SC, chegando a ser delegado ao 42º Congresso da UNE pelo curso de economia da FURB.

Grande perda no RS

Faleceu no dia 2 de janeiro, em Santa Maria (RS), o militante do PCdoB, José Carlos Siqueira, vítima de um enfarte. Nascido em 1916, Siqueira ingressou no PCdoB em 1946. Com o golpe militar de 1964, ele perdeu o contato com o Partido, com o qual voltou a se encontrar em 1980. Mesmo com problemas de saúde, José Carlos Siqueira sempre contribuiu com o Partido, sendo um exemplo para os militantes mais jovens.

ALTO PREÇO DOS REMÉDIOS

Itamar Franco compra a briga

GUIOMAR PRATES

A primeira queda de braço entre o presidente Itamar Franco e a indústria farmacêutica traz à tona a discussão sobre a saúde no Brasil e vem servindo para alertar a população sobre o perigo dos monopólios que, no caso dos remédios, constituem uma ameaça à saúde e ao bolso dos brasileiros. Acostumados com a "liberdade de mercado", incentivada pelo governo Collor, as multinacionais preferem atuar como cartel e aumentam os preços dos medicamentos de maneira uniforme, através de circular emitida pela Abifarma (Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica).

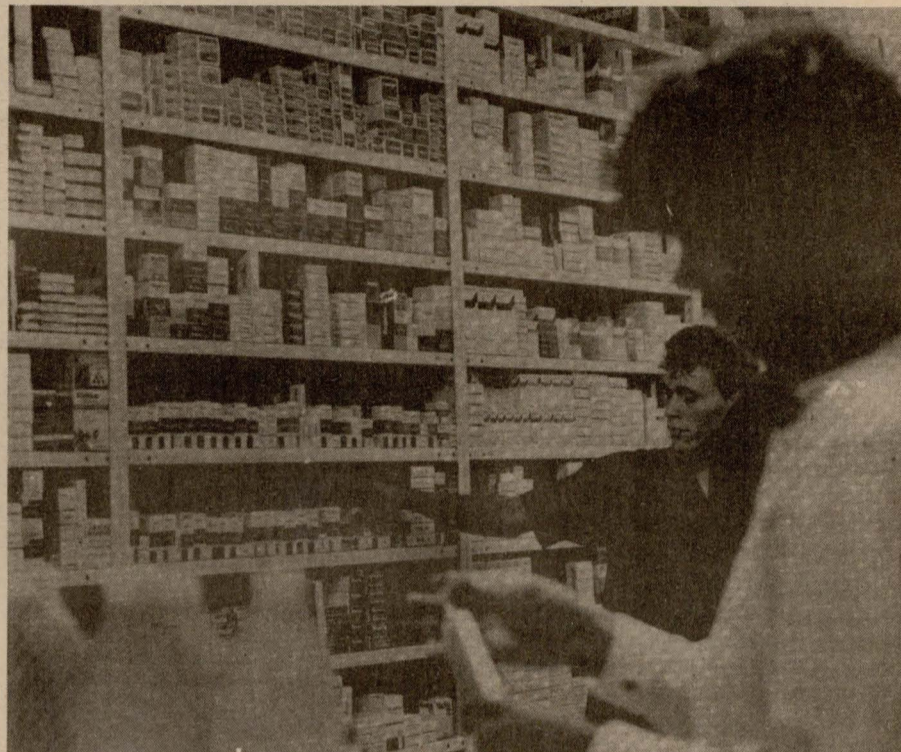
De janeiro a novembro de 92, os preços dos remédios acumularam uma alta maior que a inflação em 50%, segundo cálculos feitos com base em pesquisa da Fipe (ver tabela), isto sem considerar os aumentos de até 26% em novembro e 23% em dezembro. Segundo o ex-presidente do Instituto Vital Brasil, Jorge Bermudez, os medicamentos brasileiros são 20% mais caros que os seus similares internacionais.

As cerca de 350 indústrias de medicamentos existentes no país faturaram em 92 US\$ 3 bilhões em vendas, segundo a Abifarma. Os 45 laboratórios multinacionais que operam no país são responsáveis por 80% desse faturamento. Só a Merrill Lepetit, do grupo Dow Química, líder do mercado, faturou US\$ 72 milhões em 91 e ainda não fechou os dados de 92. Esta indústria sofre dois processos aplicados pelo governo. O primeiro foi aberto em 91, após denúncia de Itamar Franco, que ocupava interinamente a presidência, de que seis laboratórios estariam retendo medicamentos de uso contínuo e obrigatório para provocar escassez no mercado. O segundo foi aberto no dia 31 de dezembro, onde 200 laboratórios são acusados de cartelização por praticarem reajustes iguais e no mesmo dia, 7 de dezembro. Os laboratórios têm 15 dias para apresentar defesa prévia. Se forem condenados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), estarão sujeitos a pagamento de multas de Cr\$ 1,2 bilhão a Cr\$ 24 bilhões.

Descontrole

Parecendo decidido a enfrentar o problema, o ministro da Saúde, Jamil Haddad, investiu contra os laboratórios privados para investigar diversos procedimentos que julgou suspeitos. Além do abusivo aumento nos preços, Haddad quer explicações sobre outros pontos, como a maquiagem a que os laboratórios costumam submeter os medicamentos sob sua responsabilidade: ora trocam os títulos, ora alteram as composições, ora mudam as embalagens, sempre com o objetivo dissimulado de mascarar elevações de preços.

A maquiagem a que são submetidos os remédios faz com que não exista controle sobre o número de medicamentos existentes no Brasil. Segundo Luiz Felipe Moreira Lima, diretor do Departamento Técnico-Normativo do Ministério da Saúde, órgão responsável pelo registro de medicamentos, "ninguém sabe o número certo, devem existir de 6 mil a 35 mil produtos registrados".



Nas prateleiras das farmácias, remédios cada vez mais caros.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sustenta que 400 fórmulas são mais que suficientes para atender às necessidades das populações. A OMS divulga, periodicamente, uma lista completa de medicamentos essenciais a todos os países, com uma relação de 370 produtos, não mais.

Enquanto a indústria farmacêutica se defendia com argumentos superficiais, o presidente Itamar autorizou, em meados de dezembro, a importação de matérias-primas e insumos diretamente pelos laboratórios estatais, de forma a que possam produzir medicamentos de largo uso popular substituindo os produtos de laboratórios privados. O presidente também criou, no dia 14 de dezembro, a Comissão Permanente para Licitação Internacional de Produtos Farmacêuticos da Linha Humana e dos Respetivos Insumos, para facilitar as compras no exterior. A médio e longo prazos, o governo pretende contar com o apoio da indústria farmacêutica nacional, além da reativação dos laboratórios estatais. O plano que Jamil Haddad entregou a Itamar inclui o estímulo aos laboratórios nacionais e estatais. Em 1993 a Ceme (Central de Medicamentos) vai comprar desses laboratórios cerca de US\$ 1 bilhão para normalizar o abastecimento da rede pública de saúde. O secretário-executivo do Ministério da Saúde, José Alberto Hermógenes, disse que a ação conjunta dos laboratórios oficiais e nacionais é importante, pois "combaterá o oligopólio das multinacionais, mas é insuficiente para suprir todo o consumo de remédios no Brasil". As multinacionais são responsáveis por 70% da produção de medicamentos no Brasil. Para acabar com o abuso da indústria farmacêutica no país é necessário, portanto, o fim do monopólio estrangeiro.

Gratuidade

Outro ponto que consta do plano elaborado pelo governo é que aposentados e trabalhadores com renda de até três salários mínimos vão receber remédios gratuitos com apresentação da receita emitida por médicos do Inamps, e particulares. Hoje, só têm direito ao remédio gratuito os pacientes atendidos pelos médicos do Inamps. Em 92, a Ceme só atendeu 5% da demanda da população carente por remédios, devido à falta de verbas. A população carente no Brasil quanto ao uso de remédios é avaliada pelo governo federal em 115 milhões.

A isenção do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) para uma lista de 200 medicamentos de amplo consumo popular foi negociada pelo governo federal com os estados. Essa medida, segundo Jamil Haddad, provocará uma queda de 22% nos preços dos remédios.

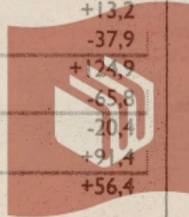
Essas medidas são importantes porque visam amenizar a difícil situação do povo que, em muitos casos, chega a comprar remédios inicialmente destinados a animais, que são mais baratos. Apesar de, por si só, não resolverem a questão, a medida é importante para o domínio do capital estrangeiro, desmascarando o discurso da liberdade de mercado que, na prática, nada mais é do que a liberdade de lucros exorbitantes num setor de caráter social.

A EVOLUÇÃO DOS REMÉDIOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

Variação percentual anual

Tipos de remédio	1989	1990	1991	1992*	Var. % real de 89 a 92
Remédios e produtos farmacêuticos	1.573	1.738	351	1.269	+14,7
Anti-infecciosos	1.310	1.917	322	1.253	-1,9
Analgésicos e antigripais	1.716	2.147	319	1.539	+69,3
Sistema cardiovascular	1.552	975	613	1.390	+14,0
Apar. digestivo/metabolismo	1.444	1.994	331	1.245	+13,2
Sistema nervoso central	1.220	1.993	185	1.206	-37,9
Vias respiratórias	2.124	2.608	260	1.617	+12,9
Anti-inflamatórios	947	1.137	656	478	-65,8
Diabetes	1.364	925	565	1.220	-20,4
Vitaminas	1.376	3.103	363	1.348	+9,4
Outros remédios	1.901	1.905	433	1.111	+56,4

* Até novembro
Fontes: Fipe e Folha



Memória Fundação Maurício Grabois